



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, agosto/2007

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 7, julho 2007. 42 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em julho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 5,1 bilhões, valor semelhante ao obtido em junho (R\$ 5,2 bilhões). O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,2 bilhões e R\$ 77,1 milhões, respectivamente. O desempenho do Governo Central no mês é reflexo da manutenção do resultado superavitário do Tesouro Nacional e do déficit do RGPS em níveis semelhantes aos do mês anterior. Por um lado, a receita líquida de transferências a estados e municípios apresentou crescimento de R\$ 3,4 bilhões (passando de R\$ 39,7 bilhões em junho para R\$ 43,1 bilhões em julho), refletindo o aumento de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação total e a redução de R\$ 1,9 bilhão, por fatores sazonais, nas transferências a estados e municípios. O acréscimo observado na despesa total foi semelhante: R\$ 3,5 bilhões (R\$ 38,1 bilhões em julho, ante R\$ 34,6 bilhões em junho) e esteve associado, em boa medida, ao pagamento de adiantamento do 13º salário dos servidores do Poder Executivo Federal e a gastos no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O resultado primário do Governo Central no acumulado de 2007 atingiu R\$ 47,7 bilhões, R\$ 6,2 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior e em linha com a meta estabelecida no Decreto nº 6.173/2007.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUN 2007	JUL 2007	JAN-JUL 2006	JAN-JUL 2007
I. RECEITA TOTAL	49.423,3	50.850,9	306.059,0	346.384,0
I.1. Receitas do Tesouro	38.395,4	39.584,0	240.254,5	271.664,7
I.1.1. Receita Bruta (1)	39.625,9	40.889,9	244.585,4	276.475,3
I.1.2. (-) Restituições	-1.230,6	-1.305,9	-4.330,9	-4.810,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.928,8	11.195,1	64.959,9	74.031,5
I.3. Receitas do Banco Central	99,1	71,8	844,5	687,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.678,0	7.733,1	53.156,9	60.080,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	39.745,3	43.117,9	252.902,1	286.303,8
IV. DESPESA TOTAL	34.556,8	38.065,5	211.400,5	238.608,8
IV.1. Despesas do Tesouro	20.073,9	23.508,7	123.086,5	139.514,0
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.030,9	11.104,7	58.308,1	66.447,6
IV.1.2. Custeio e Capital	11.031,8	12.392,3	64.424,0	72.828,2
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.407,9	2.656,8	7.566,8	9.199,8
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	836,3	457,8	4.699,8	3.661,6
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.152,7	1.159,1	6.481,2	7.667,4
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.634,9	8.118,7	45.676,3	52.299,4
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	11,3	11,7	354,4	238,2
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	14.315,3	14.407,9	87.373,1	98.028,2
IV.3. Despesas do Banco Central	167,6	148,9	940,9	1.066,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	5.188,5	5.052,3	41.501,6	47.695,0
V.1. Tesouro Nacional	8.643,4	8.342,2	64.011,2	72.070,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.386,4	-3.212,8	-22.413,2	-23.996,7
V.3. Banco Central (4)	-68,5	-77,1	-96,3	-378,9
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,19%	3,35%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2007/2006	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	13,18%
Tesouro	13,07%
Previdência	13,96%
Transferências	13,02%
Receita Líquida	13,21%
Despesas	12,87%
Benefícios	12,19%
Pessoal	13,96%
Custeio e Capital	13,05%
PIB estimado	9,54%

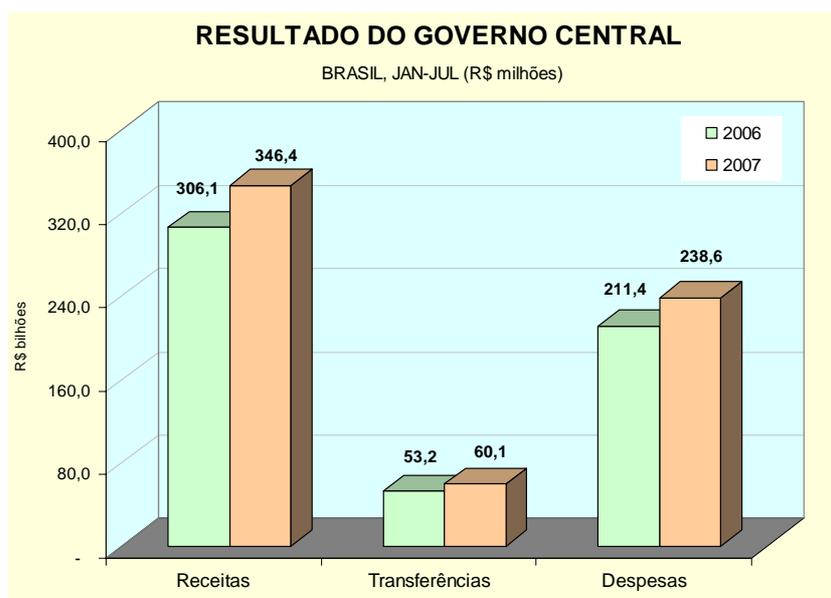
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	4,92%	5,06%
Previdência Social	-1,72%	-1,68%
Banco Central	-0,01%	-0,03%
Governo Central	3,19%	3,35%

A arrecadação do Governo Central cresceu 13,2% em 2007, associada preponderantemente à maior lucratividade das empresas e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do IR e da CSLL.

No ano, o resultado do Governo Central é 14,9% superior ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 47,7 bilhões contra R\$ 41,5 bilhões), a despeito das medidas de desoneração tributária com reflexos no exercício corrente (e.g. lei geral das micro e pequenas empresas, correção da tabela do IRPF, prorrogação da depreciação acelerada e desoneração de edificações/infraestrutura). As receitas vêm crescendo em função do desempenho da economia, da evolução do nível de preços e da massa salarial e por conta de ingressos dos programas de parcelamento de débitos junto à SRF, à PGFN e ao INSS. Assim, a receita total do Governo Central este ano cresceu 13,2%, correspondendo a 24,3% do PIB, com crescimento de 0,78 pontos percentuais. Todos os subgrupos da receita apresentaram elevação nominal, com destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (21,7%), devido ao crescimento, em dólar, do valor das importações tributadas; ii) IRPF (37,0%), devido, principalmente, à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens; e iii) IRPJ (17,7%) e CSLL (17,5%), devido ao incremento da lucratividade em vários setores empresariais. O menor crescimento foi verificado no subgrupo “demais receitas”, o qual apresentou elevação de 6,7% no ano. A explicação para esse percentual menos expressivo está associada à arrecadação de dividendos (redução de R\$ 852,5 milhões) e da cota-parte de compensações (queda de R\$ 1,1 bilhão), que acabaram por reduzir o efeito da elevação no recolhimento das receitas diretamente arrecadadas (R\$ 11,1 bilhões em 2007, contra R\$ 8,8 bilhões no ano anterior).

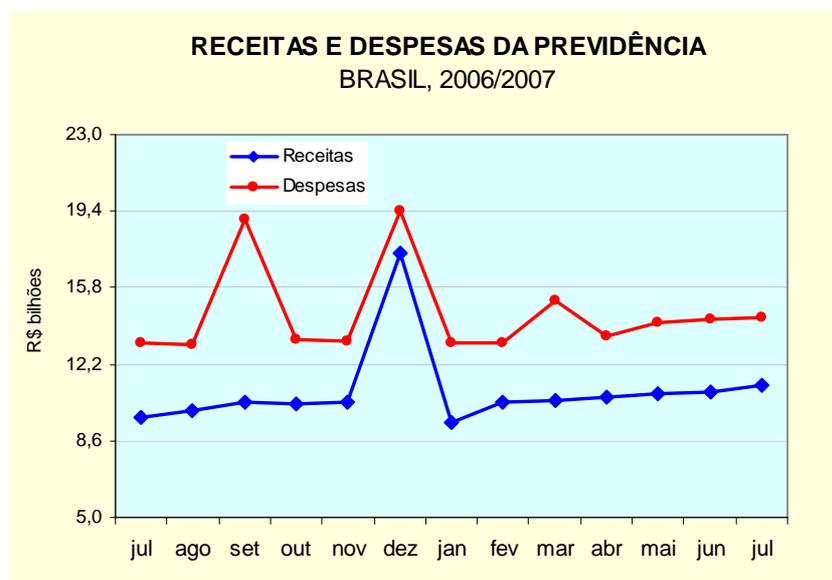
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,53%	24,31%
Transferências	4,09%	4,22%
Receita Líquida	19,44%	20,09%
Despesa Total	16,25%	16,75%
Resultado Primário	3,19%	3,35%



As transferências a estados e municípios cresceram 13,0% (R\$ 6,9 bilhões) em termos nominais. Destaque para o repasse de R\$ 2,5 bilhões a título de auxílio financeiro aos estados e municípios, contra R\$ 1,6 bilhão no mesmo período do ano passado. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 12,5% (R\$ 5,2 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (9,5%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 13,4% (R\$ 16,4 bilhões) em comparação com o mesmo período de 2006. Houve elevação em todos os subgrupos, com destaque para os gastos vinculados ao salário mínimo, tais como LOAS/RMV (18,3%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (22,3%). Por outro lado, as despesas com subsídios, subvenções e reordenamento de passivos estão R\$ 1,0 bilhão inferiores, em função da capitalização da Emgea em 2006, sem correspondência este ano. O aumento acumulado até julho nas despesas com pessoal e encargos foi de 14,0% (R\$ 8,1 bilhões superior ao gasto em igual período de 2006).

As despesas do Governo Central apresentaram elevação de 12,9%, com tendência de crescimento em todos os subgrupos. As despesas do Tesouro (pessoal e custeio) cresceram 13,4% e os benefícios previdenciários, 12,2%. Destaque para as despesas vinculadas ao salário mínimo, como LOAS/RMV (18,3%), e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (22,3%).



O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 24,0 bilhões até julho de 2007, R\$ 1,6 bilhão acima do registrado em igual período do ano anterior.

O crescimento nominal do déficit da previdência social foi da ordem de R\$ 1,6 bilhão e deveu-se ao aumento do número de benefícios pagos (21,9 milhões em julho de 2007 contra 21,3 milhões em julho de 2006), à elevação do salário mínimo e às despesas com o pagamento de precatórios judiciais, que foram R\$ 936,7 milhões (31,6%) superiores às desembolsadas em igual período de 2006. O expressivo aumento de 14,0% na arrecadação, como decorrência sobretudo do crescimento da massa salarial e do nível de emprego formal, foi

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,99%	5,20%
Benefícios	6,72%	6,88%
Resultado Primário	-1,72%	-1,68%

insuficiente para reduzir o déficit do Regime Geral de Previdência Social em termos nominais. Como proporção do PIB, o déficit permaneceu praticamente constante, com redução de 0,04 pontos percentuais.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 40,9 bilhões em julho, contra R\$ 39,6 bilhões no mês anterior (elevação de 3,2%). Tal crescimento deveu-se à elevação de R\$ 2,1 bilhões nas demais receitas do Tesouro Nacional e de R\$ 1,0 bilhão nas contribuições sociais, em parte compensadas pela redução de R\$ 1,8 bilhão nos impostos federais.

As demais receitas totalizaram no mês R\$ 5,1 bilhões, 67,3% a mais que o observado em junho (R\$ 3,1 bilhões). Tal evolução é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 1,8 bilhão na receita de cota-parte de compensações financeiras, devido ao recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural. As contribuições sociais, por sua vez, alcançaram R\$ 18,6 bilhões em julho, contra R\$ 17,6 bilhões no mês anterior (aumento de 5,9%). Destaca-se o recolhimento da 1ª cota ou cota única da CSLL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho, que contribuiu para aumento de R\$ 1,1 bilhão nesta rubrica.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/07	JUL/07
Impostos	18.958,1	17.117,5
Imposto de Renda	14.576,6	12.757,5
IPI	2.801,9	2.701,2
Outros	1.579,6	1.658,8
Contribuições	17.597,0	18.634,0
Cofins	8.518,5	8.360,3
CPMF	3.091,7	3.201,3
CSLL	2.302,3	3.420,6
Cide - Combustíveis	694,9	676,1
Outras	2.989,5	2.975,7
Demais	3.070,9	5.138,3
Cota parte	788,5	2.594,4
Diretamente Arrecadada	1.187,4	1.322,4
Dividendos da União	137,3	269,4
Outras	957,6	952,2
Total Bruto	39.625,9	40.889,9

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita de impostos, por outro lado, decresceu de R\$ 19,0 bilhões em junho para R\$ 17,1 bilhões este mês, em decorrência de fatores sazonais na arrecadação do imposto de renda. O IRPJ aumentou R\$ 1,4 bilhão em função do recolhimento, em julho, da 1ª cota ou cota única referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho; o IRRF – Rendimentos de Capital diminuiu R\$ 3,5 bilhões em decorrência do recolhimento semestral do imposto sobre aplicações financeiras em fundos de investimento (Lei nº 10.892/2004) ocorrido em junho sem contrapartida no mês em análise. No consolidado, a arrecadação do imposto de renda totalizou R\$ 12,8 bilhões, com redução de R\$ 1,8 bilhão em relação a junho. Tal redução explica, em grande medida, o decréscimo na arrecadação dos impostos federais.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,40% do PIB, dos quais 8,35% correspondem à arrecadação de impostos, 8,57% de contribuições e 2,49% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 31,9 bilhões (13,0%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 244,6 bilhões para R\$ 276,5 bilhões. O aumento

na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 6,1 bilhões (17,7%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 3,0 bilhões (17,5%) na arrecadação de CSLL, em função da maior lucratividade das empresas de variados setores econômicos, além da retomada do recolhimento regular por parte das empresas do setor financeiro. Os setores que mais contribuíram para o crescimento da arrecadação conjunta de IRPJ e CSLL foram: fabricação de veículos automotores (aumento de 101% na arrecadação), telecomunicações (aumento de 59,6%), seguros, previdência complementar e planos de saúde (aumento de 43%), serviços financeiros (aumento de 33%) e eletricidade (aumento de 19%);
- b) incremento de R\$ 5,7 bilhões (11,1%) na Cofins e de R\$ 1,3 bilhão (9,4%) no PIS/Pasep, explicado principalmente pelo crescimento da arrecadação dos setores de fabricação de veículos e comércio, além do fim das compensações realizadas pelas entidades financeiras em 2006;
- c) elevação de R\$ 3,9 bilhões (10,4%) no IRRF, devido ao crescimento de 14,3% no IRRF - remessas ao exterior, de 16,2% no IRRF - outros rendimentos e de 15,6% no IRRF - rendimentos do trabalho, este último influenciado pela crescimento da massa salarial;
- d) crescimento de R\$ 2,6 bilhões (17,3%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do crescimento dos setores de metalurgia, fabricação de produtos químicos e fabricação de caminhões e ônibus; e IPI vinculado, decorrente da elevação de 28,22% no valor em dólar das importações tributadas, do crescimento de 10,49% na alíquota média do imposto e da redução de 7,82% na taxa média de câmbio;
- e) acréscimo de R\$ 2,2 bilhão (37,0%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens, explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias (DOI) e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias (Dimob); e
- f) elevação de R\$ 1,2 bilhão (21,7%) na arrecadação do imposto de importação, explicada pela seguinte conjugação de fatores: i) elevação no valor em dólar das importações tributadas; ii) aumento de 3,66% na alíquota média efetiva do imposto de importação; e iii) redução de 7,82% na taxa média de câmbio.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	102.402,4	118.935,4
Imposto de Renda	78.088,5	90.295,8
IPI	15.101,2	17.714,2
Outros	9.212,8	10.925,4
Contribuições	108.920,7	122.041,9
Cofins	50.745,4	56.392,8
CPMF	17.873,4	20.535,4
CSLL	17.009,1	19.978,7
Cide - Combustíveis	4.417,4	4.564,9
Outras	18.875,4	20.570,1
Demais	33.262,3	35.497,9
Cota parte	11.673,8	10.608,0
Diretamente Arrecadada	8.796,7	11.100,4
Dividendos da União	6.383,7	5.531,2
Outras	6.408,1	8.258,3
Total Bruto	244.585,4	276.475,3

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	7,87%	8,35%
Imposto de Renda	6,00%	6,34%
IPI	1,16%	1,24%
Outros	0,71%	0,77%
Contribuições	8,37%	8,57%
Cofins	3,90%	3,96%
CPMF	1,37%	1,44%
CSLL	1,31%	1,40%
Cide - Combustíveis	0,34%	0,32%
Outras	1,45%	1,44%
Demais	2,56%	2,49%
Cota parte	0,90%	0,74%
Diretamente Arrecadada	0,68%	0,78%
Dividendos da União	0,49%	0,39%
Outras	0,49%	0,58%
Total Bruto	18,80%	19,40%

As demais receitas, por sua vez, somaram R\$ 35,5 bilhões até julho de 2007, contra R\$ 33,3 bilhões em idêntico período de 2006, apresentando aumento de 6,7%. Esse resultado é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) acréscimo de R\$ 2,3 bilhões (26,2%) na receita diretamente arrecadada. Dentro desse item destacam-se: i) recursos obtidos com as taxas que compõem o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), totalizando R\$ 1,7 bilhão em 2007 contra R\$ 1,6 bilhão em 2006; ii) recursos provenientes da participação sobre o recolhimento do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de via terrestre (Dpvat), que em 2007 somaram R\$ 1,3 bilhão contra R\$ 946,7 milhões em igual período de 2006; e iii) arrecadação das empresas concessionárias de energia elétrica destinada ao Ministério das Minas e Energia a título de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, que totalizou R\$ 416,2 milhões até julho de 2007 contra R\$ 114,6 milhões em igual período de 2006. Apesar de esta contribuição ter sido criada pela Lei nº 9.991/2000, ela só foi regulamentada com a Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nº 233/2006, a qual estabeleceu os critérios para seu cálculo, aplicação e recolhimento. Para o pagamento dos saldos devedores existentes até 31 de dezembro de 2006, foi estabelecida a data-limite de 1º de março de 2007, o que justifica a arrecadação atípica verificada no período.
- b) elevação de R\$ 918,5 milhões (36,9%) nas outras receitas, em função de arrecadação atípica de depósitos judiciais no mês de maio de 2007 e da recuperação em 2007 de débitos de exercícios anteriores em conformidade com a MP nº 303/2006. Em sentido contrário, houve em julho de 2006 a arrecadação de R\$ 799,9 milhões por ocasião da extinção da Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), sem contrapartida este ano;
- c) redução de R\$ 1,1 bilhão na cota-parte de compensações financeiras em decorrência da apreciação cambial e da redução do preço internacional do petróleo, que impactaram negativamente a arrecadação de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	2.340,7	2.588,1
Banco do Brasil	1.164,5	957,8
CEF	1.100,2	342,3
BNDES	1.200,3	923,6
Eletrobrás	-	124,4
ECT	91,9	267,2
IRB	130,1	15,8
Serpro	-	29,4
BASA	126,8	109,3
FND	-	32,2
BNB	28,9	78,1
Demais	200,2	63,2
Total	6.383,7	5.531,2

Transferências a Estados e Municípios

Em julho, as transferências a estados e municípios somaram R\$ 7,7 bilhões, contra R\$ 9,7 bilhões em junho, correspondendo a decréscimo de 20,1%. Concorreram para tal comportamento os seguintes fatores: a) redução de R\$ 1,6 bilhão nas transferências aos fundos de participação, como consequência da menor arrecadação de IR e do IPI principalmente no segundo decêndio de julho em comparação com o período equivalente em junho; b) diminuição de R\$ 811,8

milhões nos repasses referentes ao auxílio financeiro a estados e municípios (Lei Complementar nº 115/2002) decorrente do repasse de R\$ 975,0 milhões (dos R\$ 1,9 bilhão previsto na MP nº 376/2007 para transferência até dezembro de 2007) que foi realizado no mês anterior; e c) elevação de R\$ 465,9 milhões no repasse da CIDE por ocasião da transferência trimestral ocorrida no mês.

Na comparação entre o acumulado de 2007 e o de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 6,9 bilhões (13,0%), elevando-se de R\$ 53,2 bilhões em 2006 para R\$ 60,1 bilhões em 2007. Como proporção do PIB, as transferências totalizaram 4,22 pontos percentuais em 2007, superior ao percentual observado no ano passado (4,09% do PIB).

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 5,2 bilhões (12,5%), acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas. As transferências relativas à prestação de auxílio financeiro totalizaram R\$ 2,5 bilhões em 2007 contra R\$ 1,6 bilhão em igual período de 2006, aumento de 60,8% decorrente do repasse de: i) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 355/2007 (convertida na Lei nº 11.492/2007) que foi realizado em março; ii) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 368/2007 (convertida na Lei nº 11.512/2007), a serem repassados em nove parcelas, das quais as quatro primeiras (totalizando R\$ 433,3 milhões) foram transferidas até o mês de julho; e iii) R\$ 1,1 bilhão (dos R\$ 1,9 bilhão previsto na MP nº 376/2007 para repasse até dezembro de 2007) que foram transferidos até julho. As demais transferências, por sua vez, aumentaram R\$ 715,2 milhões (8,1%), explicado pela elevação de R\$ 831,1 milhões nas transferências com o Fundeb e de R\$ 195,7 milhões nas transferências com salário-educação. Em sentido contrário, o repasse de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás apresentou queda de R\$ 318,0 milhões em decorrência da redução do preço internacional do petróleo e da apreciação cambial.

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 23,5 bilhões, apresentando aumento de R\$ 3,4 bilhões (17,1%) relativamente a junho, em decorrência do crescimento dos gastos com pessoal e encargos sociais em R\$ 2,0 bilhões (23,0%) e dos dispêndios de custeio e capital em R\$ 1,4 bilhão (12,3%). O acréscimo nos gastos com pessoal e encargos sociais é reflexo do adiantamento da parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal.

O aumento dos dispêndios de custeio e capital decorreu do crescimento dos gastos com seguro-desemprego e abono salarial do Fundo de Amparo ao

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/07	JUL/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	7.453,1	5.858,6
CIDE-Combustíveis	5	465,9
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	1.082,6	270,8
Demais	1.142,3	1.137,7
Total	9.678,0	7.733,1

BASE DE CALCULO TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNDIO	JUN/07	JUL/07
Terceiro Decêndio	7.551,6	7.236,4
Primeiro Decêndio	6.327,0	2.920,6
Segundo Decêndio	2.540,2	2.568,1
Total	16.418,8	12.725,0

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	41.446,6	46.634,5
CIDE - Combustíveis	1.323,5	1.379,5
Lei Complementar nº 115/2002	1.584,7	2.549,0
Demais	8.802,1	9.517,2
Total	53.156,9	60.080,2

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,19%	3,27%
CIDE - Combustíveis	0,10%	0,10%
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	0,12%	0,18%
Demais	0,68%	0,67%
Total	4,09%	4,22%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/07	JUL/07
Pessoal e Encargos	9.030,9	11.104,7
Custeio e Capital	11.031,8	12.392,3
Despesas do FAT	1.407,9	2.656,8
Subsídios e Subvenções ¹	836,3	457,8
LOAS/RMV	1.152,7	1.159,1
Outras	7.634,9	8.118,7
Transferência ao Bacen	11,3	11,7

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Trabalhador (FAT), no montante de R\$ 1,2 bilhão (88,9%), e de outras despesas de custeio e capital, no valor de R\$ 484 milhões (6,3%). Observou-se, por outro lado, decréscimo de R\$ 378 milhões (45,3%) nos subsídios e subvenções econômicas.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	JUN/07	JUL/07
Agricultura	448,1	99,5
Custeio Agropecuário	109,5	0,6
Investimento Rural	0,7	2,6
Preços Agrícolas	162,8	53,0
- EGF	3,2	-
- AGF	98,6	53,0
- Sustentação de preços	61,0	-
Pronaf	106,3	6,9
Pesa	68,9	36,4
Securitização	-	-
Fundo da Terra/Incrá	88,9	51,1
FUNCAFE	0,0	0,0
Outras áreas	135,2	80,5
Habitação (PSH)	69,6	54,1
Exportação (Proex)	45,0	26,0
FND (BNDES)	(68,3)	(50,8)
Total	583,3	180,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

No caso das despesas do FAT, o incremento decorre da abertura do calendário de pagamento dos benefícios do abono salarial PIS/Pasep, cujos pagamentos no mês de julho foram 27,7% do total previsto para o exercício do calendário (julho/2007 a junho/2008).

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, o decréscimo decorreu, principalmente, da diminuição nos dispêndios com as operações oficiais de crédito, destacando-se o custeio agropecuário (R\$ 108,9 milhões), os preços agrícolas (os Programas Sustentação de Preços, R\$ 61 milhões, e Aquisições do Governo Federal – AGF, R\$ 45,6 milhões), Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 99,5 milhões), o Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA (R\$ 32,4 milhões) e o Fundo da Terra (R\$ 37,8 milhões).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/07	JUL/07
Sentenças Judiciais	19,6	23,6
Legislativo/Judiciário	376,1	386,3
Crédito Extraordinário	256,0	272,4
Projeto Piloto de Investimento ³	195,4	277,8
Outras Obrigatórias ¹	66,3	53,9
Discrecionárias ²	6.721,5	7.104,6
d/q Min. da Saúde	2.952,5	3.125,6
Min. do Des. Social	773,3	935,8
Min. da Educação	490,6	684,4
Min. da Defesa	599,8	389,0
Min. da Ciência e Tecnologia	214,2	212,8
Min. do Des. Agrário	93,6	202,8
Min. da Justiça	105,3	134,6
Min. da Previdência	173,9	120,4
Min. das Cidades	54,3	90,4
Demais	1.264,0	1.208,8
Total	7.634,9	8.116,7

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, FNAFE e
² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não
³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2006).

A execução do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) foi de R\$ 277,8 milhões, superior ao observado no mês anterior em R\$ 82,4 milhões (42,2%).

As despesas discricionárias apresentaram aumento de R\$ 383,1 milhões (5,7%) relativamente a junho, concentrado principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 173,1 milhões), Educação (R\$ 193,8 milhões), Desenvolvimento Social (R\$ 162,5 milhões) e Desenvolvimento Agrário (R\$ 109,2 milhões).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Até julho, as despesas do Tesouro Nacional perfizeram o equivalente a 9,79% do PIB, superior em 0,33 p.p. em relação ao mesmo período de 2006.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,79% do PIB, contra 9,46% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 16,4 bilhões (13,3%) em relação a 2006, acima do crescimento nominal do PIB no período (9,54%).

Destacam-se os incrementos nas despesas de custeio e capital de R\$ 8,4 bilhões (13,0% ou 0,16 ponto percentual do PIB) e com pessoal e encargos sociais de R\$ 8,1 bilhões (14,0% ou 0,18 ponto percentual do PIB).

No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 581,7 milhões (4,6%). No Poder Executivo, o crescimento de R\$ 6,2 bilhões (13,6%), refere-se, em parte, à reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por outro

lado, os precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal apresentaram queda de R\$ 787,3 milhões (28,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,95% para 5,11% do PIB, registraram crescimento as rubricas de despesas do FAT (0,06 p.p. do PIB), outras despesas de custeio e capital (0,16 p.p. do PIB) e LOAS/RMV (0,04 p.p. do PIB). Por outro lado, houve queda nas despesas com subsídios e subvenções (0,10 p.p. do PIB).

As despesas do FAT atingiram R\$ 9,2 bilhões nos sete primeiros meses de 2007, contra R\$ 7,6 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também do número de beneficiários identificados, que passou de 11,8 milhões para 14,1 milhões de trabalhadores.

Os gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 1,2 bilhão (18,3%) em relação ao acumulado até julho de 2006. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2007 e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8% no período (média contra média).

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-jul/01	1.260.474	-	429.098	-	831.377	-
média jan-jul/02	1.405.605	12%	506.630	18%	898.975	8%
média jan-jul/03	1.603.333	14%	611.556	21%	991.777	10%
média jan-jul/04	1.820.834	14%	764.626	25%	1.056.208	6%
média jan-jul/05	2.130.701	17%	976.885	28%	1.153.817	9%
média jan-jul/06	2.348.698	10%	1.107.475	13%	1.241.223	8%
média jan-jul/07	2.530.315	8%	1.214.966	10%	1.315.349	6%

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 3,7 bilhões de janeiro a julho de 2007, queda de R\$ 1,0 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse decréscimo pode ser explicado pela capitalização da Emgea no montante de R\$ 1,5 bilhão ocorrida no ano passado, fato que não se repetiu neste exercício.

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Pessoal e Encargos	4,48%	4,66%
Custeio e Capital	4,95%	5,11%
Despesas do FAT	0,58%	0,65%
Subsídios e Subvenções ¹	0,36%	0,26%
LOAS/RMV	0,50%	0,54%
Outras	3,51%	3,67%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,02%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Boxe 1 – Ajustes nas despesas melhoram a qualidade das estatísticas

O Tesouro Nacional esclarece que procedeu em julho, com efeito retroativo, à revisão dos valores da despesa, em função da identificação de gastos com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital realizados via Guia de Recolhimento da União (GRU) não computados na apuração do resultado primário do Governo Central.

Essas despesas se referem aos exercícios de 2006 e janeiro a maio de 2007, nos seguintes montantes:

	2007 Jan-mai	2006
Pessoal e Encargos	543,6	465,9
Custeio e capital	433,8	667,9
Total	977,5	1.133

Com a revisão, esses valores foram incorporados aos quadros e tabelas divulgados neste boletim, bem como no quadro da série histórica disponível na página do Tesouro Nacional na internet. Como decorrência dos ajustes, reduz-se a discrepância entre as estatísticas "acima" e "abaixo da linha".

As despesas com LOAS/RMV aumentaram 18,3% em 2007. A média dos benefícios emitidos no primeiro semestre é 8% inferior à média de igual período do ano anterior.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
 BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	2006	2007
Agricultura	1.744,1	2.317,2
Custeio Agropecuário	102,9	504,2
Investimento Rural	304,3	8,7
Preços Agrícolas	744,0	942,2
- EGF	1,8	6,5
- AGF	333,2	148,2
- Sustentação de preços	409,0	787,5
Pronaf	175,4	376,7
Pesa	253,6	197,4
Cacau	0,6	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	163,3	288,0
FUNCAFÉ	0,0	0,0
Outros	212,2	-137,1
Habitação (PSH)	278,8	126,4
FND	-345,1	-387,7
Exportação (Proex)	278,6	124,2
Total	1.956,3	2.180,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção
² Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
 BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	918,1	1.146,6
Legislativo/Judiciário	2.442,2	2.744,9
Crédito Extraordinário	1.344,0	2.238,3
Projeto Piloto de Investimento ²	978,8	1.463,8
Outras Obrigatórias ³	412,1	506,9
Discricionárias ³	39.581,2	44.198,9
diq Min. da Saúde	19.396,3	20.710,7
Min. do Des. Social	4.859,7	5.889,6
Min. da Educação	3.963,0	3.855,9
Min. da Defesa	1.956,1	2.757,2
Min. da Ciência e Tecnologia	1.046,3	1.438,5
Min. do Des. Agrário	865,4	934,6
Min. da Previdência	523,7	718,1
Min. da Justiça	623,6	693,2
Min. dos Transportes	888,1	631,0
Demais	5.459,0	6.570,2
Total	45.676,3	52.299,4

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e
² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não
³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2006).

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se redução em relação ao ano anterior nas despesas dos seguintes programas: i) Investimento Rural (R\$ 296 milhões), ii) Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 185 milhões), iii) Programa Social de Habitação – PSH (R\$ 152,4 milhões) e iv) Programa de Incentivo às Exportações – Proex (R\$ 154,4 milhões). Não obstante a queda verificada, houve aumento nos gastos de Custeio Agropecuário (R\$ 401,3 milhões), Sustentação de Preços (R\$ 378,5 milhões) e Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 201,3 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, verificou-se aumento de R\$ 6,6 bilhões em relação aos sete primeiros meses de 2006. A execução financeira do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) – parcela passível de dedução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 1,5 bilhão até julho de 2007, contra R\$ 978,8 milhões nos sete primeiros meses de 2006.

Em relação ao mesmo período do ano passado, houve elevação de R\$ 894 milhões (66,5%) com a execução de créditos extraordinários e de R\$ 228,5 milhões (24,9%) com sentenças judiciais. Os gastos discricionários cresceram R\$ 4,6 bilhões (11,7%), dos quais R\$ 1,3 bilhão referiu-se ao Ministério da Saúde, R\$ 1,0 bilhão ao Desenvolvimento Social, R\$ 801 milhões à Defesa e R\$ 392 milhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 9,1 bilhões, equivalentes a 46,1% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 41,9% no mês anterior e 45,8% no mesmo período de 2006. Dos restos a pagar pagos até julho, R\$ 4,8 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 35,8% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se principalmente nos Ministérios dos Transportes (R\$ 1,4 bilhão), da Saúde (R\$ 821,5 milhões), da Educação (R\$ 533,0 milhões) e das Cidades (R\$ 343,0 milhões).



Previdência Social

Em julho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,2 bilhões, inferior em R\$ 173,6 milhões ao registrado em junho (queda de 5,1%). A redução do déficit primário se explica essencialmente pelo aumento na arrecadação de contribuições previdenciárias, de R\$ 11,1 bilhões em junho para R\$ 11,3 bilhões em julho. O impacto desse aumento foi parcialmente compensado pela elevação no pagamento de benefícios previdenciários, que passou de R\$ 14,3 bilhões no mês anterior para R\$ 14,4 bilhões no mês em análise. Nos primeiros sete meses do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 24,0

bilhões, contra R\$ 22,4 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 7,1%).

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUN	JUL	JAN-JUL	
	2007	2007	2006	2007
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	10.928,8	11.195,1	64.959,9	74.031,5
Arrecadação Bruta	12.111,1	12.339,1	70.835,5	82.047,2
- Contribuição Previdenciária	11.051,9	11.275,2	65.138,4	75.281,1
- Simples	837,8	881,9	4.169,1	5.145,8
- CFT	69,6	60,9	410,0	438,8
- Depósitos Judiciais	107,4	67,8	802,3	859,2
- Refis	22,0	31,0	197,3	161,2
- Outras Receitas	22,3	22,4	118,3	161,1
(-) Restituição/Devolução	-76,8	-27,9	-224,9	-301,3
(-) Transferências a Terceiros	-1.105,5	-1.116,1	-5.650,7	-7.714,4
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.315,3	14.407,9	87.373,1	98.028,2
Benefícios Previdenciários	14.315,3	14.407,9	87.373,1	98.028,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.386,4	-3.212,8	-22.413,2	-23.996,7
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,72%	-1,68%

Em julho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,2 bilhões. No ano, o déficit atingiu R\$ 24,0 bilhões, equivalente a 1,68% do PIB do período.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 11,2 bilhões em julho, representando elevação de R\$ 266,3 milhões (2,4%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos primeiros sete meses de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 9,1 bilhões (14,0%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 65,1 bilhões para R\$ 75,3 bilhões (elevação de 15,6%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a junho de 2007 foi 10,0% superior à verificada no período correspondente de 2006.

Por sua vez, as despesas com benefícios apresentaram, em julho, aumento de R\$ 92,7 milhões (0,6%) com relação ao mês anterior. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 10,7 bilhões (12,2%), atingindo o montante de R\$ 98,0 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 33,17 (6,4%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 602,0 mil (2,8%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a julho de

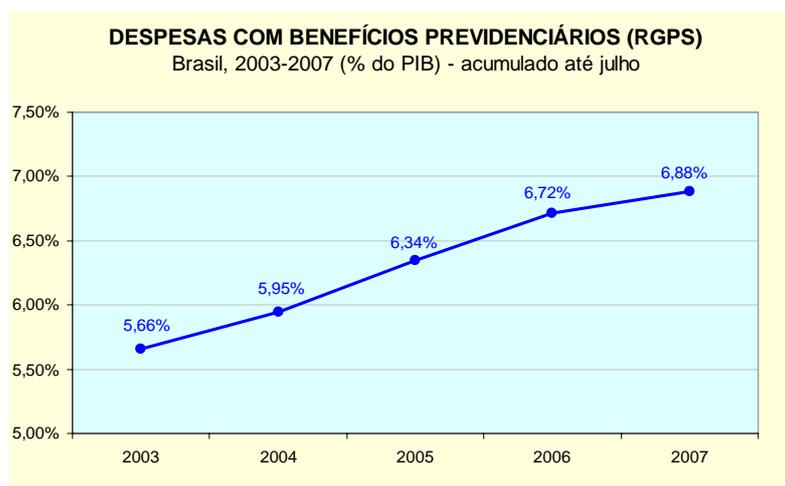
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	64.959,9	74.031,5	14,0%
Benefícios	87.373,1	98.028,2	12,2%
Resultado Primário	-22.413,2	-23.996,7	7,1%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-JUL			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,1	21,7	2,8%
Valor médio RGPS**	520,4	553,6	6,4%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

cada ano. Verifica-se que em 2003 esses gastos correspondiam a 5,66% do PIB; em 2007, correspondem a 6,88%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,31 ponto percentual do PIB por ano.

As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 5,66% do PIB no acumulado de janeiro a julho de 2003 para 6,88% do PIB no mesmo período em 2007, representando crescimento de 21,6%.



No estoque de benefícios dos sete primeiros meses de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 353,7 mil aposentadorias (2,7%), de 136,3 mil pensões por morte (2,3%) e de 111,3 mil benefícios de auxílio-doença (7,9%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

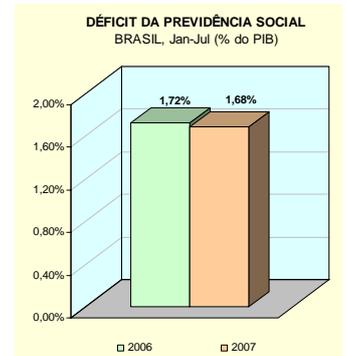
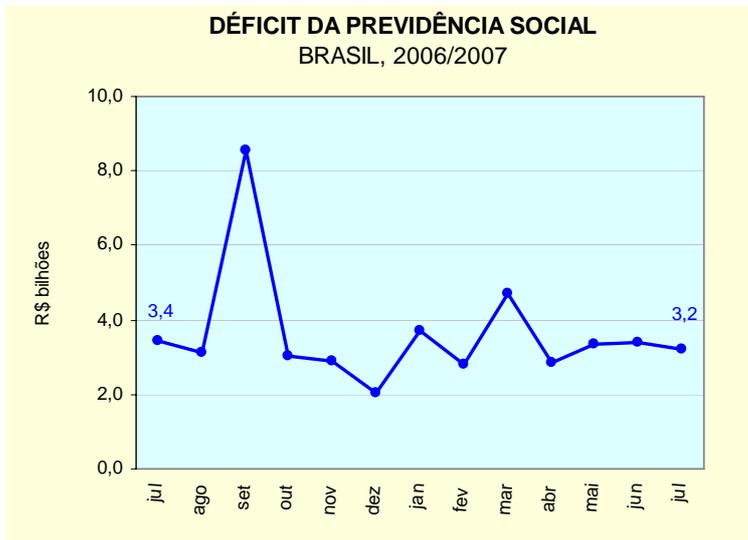
	Em mil benefícios					
	JUL		JUN		JUL	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Benefícios do RGPS	21.257	21.828	21.921	21.132	21.734	
Previdenciários	20.530	21.073	21.153	20.398	20.994	
Aposentadorias	13.289	13.604	13.646	13.192	13.543	
Idade	6.812	7.017	7.044	6.753	6.978	
Invalididez	2.729	2.735	2.734	2.709	2.736	
Tempo de contribuição	3.748	3.852	3.868	3.730	3.829	
Pensão por morte	5.859	5.992	6.010	5.829	5.966	
Auxílio-Doença	1.304	1.398	1.414	1.304	1.408	
Salário - maternidade	45	43	46	40	40	
Outros	32	36	37	33	36	
Acidentários	727	755	768	735	741	
Aposentadorias	146	147	147	145	147	
Pensão por morte	130	129	129	130	129	
Auxílio - doença	95	125	138	103	110	
Auxílio - acidente	269	270	270	268	270	
Auxílio - suplementar	88	84	84	88	85	

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,99%	5,20%
Benefícios	6,72%	6,88%
Resultado Primário	-1,72%	-1,68%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,21 ponto percentual em relação ao período de janeiro a julho do ano passado, superando o aumento de 0,16 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu

para 1,68% do PIB, 0,04 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2006 (1,72%).



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em julho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 635,5 bilhões, perfazendo o equivalente a 26,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses, inferior em 1,8 ponto percentual ao observado no mês anterior. Em termos nominais houve redução de R\$ 39,4 bilhões, explicada pelos expressivos resgates de títulos da dívida mobiliária e pela apreciação cambial no mês.

Em julho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 635,5 bilhões, o equivalente a 26,0% do PIB acumulado em doze meses.

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	JUL	JUN	JUL
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	378.986	552.323	519.929
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.012.716	1.210.401	1.182.605
Dívida Contratual da STN	-456.415	-464.633	-467.123
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-177.315	-193.445	-195.553
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	140.632	122.495	115.525
Dívida Mobiliária em Poder do Público	109.459	96.652	90.163
Dívida Contratual	31.502	26.106	25.620
Disponibilidades	-328	-263	-258
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	519.618	674.818	635.454
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,2%	27,8%	26,0%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de julho com saldo de R\$ 519,9 bilhões, equivalentes a 21,2% do PIB. Em termos nominais houve redução de R\$ 32,4 bilhões em relação ao saldo de junho, ou 1,5 ponto percentual do PIB. Tal redução é explicada pelos resgates líquidos de títulos da dívida mobiliária, os quais totalizaram R\$ 39,3 bilhões. Vale destacar que tais resgates estão associados principalmente ao elevado volume de vencimentos no mês.

Em julho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 519,9 bilhões, o equivalente a 21,2% do PIB.

Adicionalmente, os haveres contratuais líquidos do Tesouro Nacional, Fundos, Autarquias e Fundações elevaram-se em R\$ 4,6 bilhões comparativamente ao mês anterior, totalizando R\$ 662,7 bilhões em julho. Parte desse aumento é explicado pelo comportamento da arrecadação a recolher, referente a tributos federais disponíveis na rede bancária no último dia do mês, cujo saldo ficou R\$ 3,6 bilhões superior ao registrado em junho.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 JUL	2007 JUN	2007 JUL
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	378.986	552.323	519.929
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.012.716	1.210.401	1.182.605
LFT	429.437	402.306	408.036
LTN	290.265	350.729	310.483
NTN-B	148.123	215.358	221.904
NTN-C	64.775	64.930	63.572
NTN-D	3.831	1.203	1.107
NTN-F	18.304	117.289	119.037
Demais	35.374	32.580	32.271
Dívida Securitizada	18.887	21.534	21.689
TDA	3.721	4.472	4.506
DÍVIDA CONTRATUAL	-633.730	-658.079	-662.677
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-456.415</i>	<i>-464.633</i>	<i>-467.123</i>
Dívida Bancária	24.326	23.314	23.209
Lei nº 7.976/89	-4.136	-2.389	-2.305
Lei nº 8.727/93	-47.092	-45.740	-45.592
Lei nº 9.496/97	-257.106	-270.548	-271.119
Renegociação Dívidas Municipais	-39.402	-42.011	-42.092
Demais Haveres da STN	-133.006	-127.259	-129.225
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-177.315</i>	<i>-193.445</i>	<i>-195.553</i>
FAT	-126.469	-135.170	-136.535
Demais Entidades	-50.846	-58.275	-59.018
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	45,2%	49,8%	48,3%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-28,3%	-27,1%	-27,1%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-20,4%	-19,1%	-19,1%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	16,9%	22,7%	21,2%

A redução de R\$ 32,4 bilhões da Dívida Interna Líquida está associada aos resgates líquidos no âmbito da dívida mobiliária.

Em julho, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 29,2 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 68,4 bilhões, o que resultou em resgate líquido de R\$ 39,3 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 28,8 bilhões, sendo: i) R\$ 9,5 bilhões em LTN, com vencimentos em abril e outubro de 2008 e outubro de 2009; ii) R\$ 8,6 bilhões em NTN-B, com vencimentos em novembro de 2009, maio de 2017, 2035 e 2045 e agosto de 2012 e 2024; iii) R\$ 5,9 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2011, 2013 e 2017; e iv) R\$ 4,8 bilhões em LFT, com vencimentos em dezembro de 2010 e março de 2013.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 334,7 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 166,9 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS - série A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores; ii) R\$ 80,0 milhões em títulos da dívida agrária, para fins de indenização de desapropriações para a reforma agrária; iii) R\$ 55,0 milhões em CFT-E1 para o Fies; iv) R\$ 17,0 milhões em NTN-I para o Proex; e v) R\$ 15,8 milhões em NTN-B em permuta por NTN-I e NTN-M.

Emissões e Resgates

As emissões de títulos totalizaram R\$ 29,2 bilhões, sendo que os prefixados, LTN e NTN-F, responderam por R\$ 15,4 bilhões.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, JUL/2007

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	28.765,1	334,7	69,6	29.169,4
LFT	4.811,7	0,0	8,7	4.820,4
LTN	9.474,1	0,0	32,5	9.506,6
NTN-B	8.584,0	15,8	19,8	8.619,6
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	5.895,3	0,0	8,6	5.903,9
TDA	0,0	80,0	0,0	80,0
Securitizada*	0,0	166,9	0,0	166,9
Demais	0,0	72,0	0,0	72,0
II. RESGATES**	66.498,2	1.821,5	100,2	68.419,9
LFT	2.407,3	670,5	7,5	3.085,2
LTN	52.947,6	0,0	65,9	53.013,5
NTN-B	3.896,0	265,7	9,7	4.171,4
NTN-C	1.518,4	299,5	3,7	1.821,6
NTN-D	21,6	44,8	0,0	66,3
NTN-F	5.707,3	0,0	13,4	5.720,7
TDA	0,0	61,8	0,0	61,8
Securitizada*	0,0	145,8	0,0	145,8
Demais	0,0	333,5	0,0	333,5
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-37.733,1	-1.486,8	-30,6	-39.250,5

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em julho, a venda de títulos por meio do Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, alcançou R\$ 69,6 milhões. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, com 46,7% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo NTN-B Principal), com 28,5% e pela LFT, com 12,5%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2007 atingiram, respectivamente, as cifras de R\$ 513,1 milhões e 17.123 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.519 novos investidores no Tesouro Direto, totalizando 90.321 pessoas desde o início do programa, o que representa um aumento de 41,2% em relação ao número acumulado até julho de 2006.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 69,6 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 32,5 milhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2008 e janeiro, julho e outubro de 2009; ii) R\$ 8,7 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2012; iii) R\$ 19,8 milhões em NTN-B com vencimentos de agosto de 2008 a maio de 2045; e iv) R\$ 8,6 milhões em NTN-F com vencimentos de janeiro de 2010 a janeiro de 2017.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em julho, atingiu R\$ 68,4 bilhões, sendo R\$ 58,6 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 9,8 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 3,5 bilhões em LTN aceitas no leilão de troca desse mesmo título; ii) R\$ 4,0 bilhões em NTN-B, R\$ 401,8 milhões em LFT e R\$ 287,8 milhões de NTN-C aceitas no leilão de troca de NTN-B; e iii) R\$ 1,6 bilhão em LFT aceitas no leilão de troca desse mesmo título.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento de 1,38 ponto percentual na participação de títulos remunerados pela taxa Selic, devido à

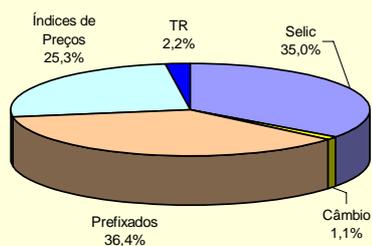
emissão líquida de LFT no valor de R\$ 1,7 bilhão. Por outro lado, os títulos prefixados apresentaram redução de 2,35 pontos percentuais, devido ao resgate líquido de LTN no valor de R\$ 43,5 bilhões.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2006/2007

INDEXADOR	2006		2007
	JUL	JUN	JUL
Selic	43,13	33,67	35,05
Câmbio	1,69	1,06	1,05
Prefixados	30,52	38,71	36,36
Índices de Preços	22,42	24,29	25,30
TR	2,24	2,27	2,24

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, JUL/2007



Em julho, o estoque dos títulos prefixados correspondeu a 36,36% da DPMFi, parcela essa superior à dos demais fatores de remuneração da dívida mobiliária.

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução, ao passar de 12,71% a.a. em junho para 12,01% a.a. em julho, devido à maior apreciação do real frente ao dólar americano (2,52% em julho contra 0,14% em junho). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi reduziu de 12,80% a.a. em junho para 12,42% a.a. em julho, devido a: i) redução da inflação medida pelo IPCA (0,24% em julho contra 0,28% em junho); ii) menor variação diária da taxa Selic; e iii) menor custo dos títulos prefixados LTN e NTN-F (13,97% e 13,01% em junho contra 13,79% e 12,72% em julho).

Custo Médio

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

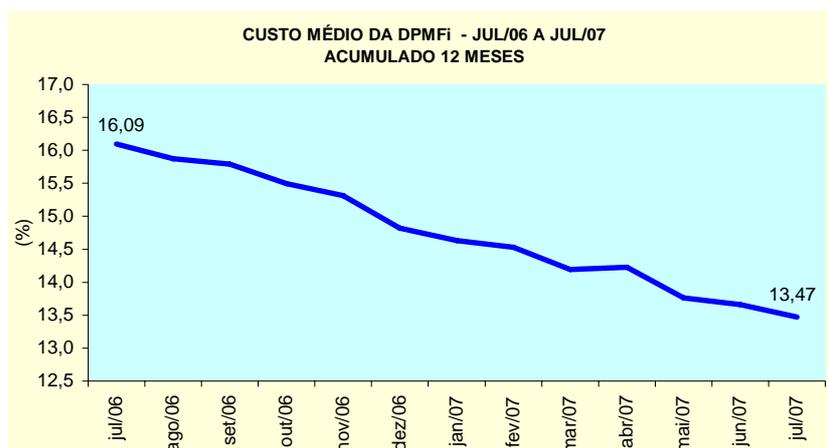
PERÍODO		(% anual)	
		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2006	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
	Mai	12,84	11,99
	Jun	12,80	12,71
	Jul	12,42	12,01

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se de 12,71% em junho para 12,01% em julho, explicado pela redução do IPCA, da taxa Selic e do custo de captação dos títulos prefixados.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu-se de 13,66% a.a. em junho para 13,47% a.a. em julho em virtude da apreciação do real frente ao dólar americano (2,52% em julho de 2007 contra depreciação de 0,55% no mesmo mês do ano anterior) e da redução da taxa Selic (0,97% em julho de 2007 contra 1,17% no mesmo mês do ano anterior).

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 13,47% a.a., apresentando redução de 0,19 ponto percentual em relação ao mês anterior.



Prazo Médio

Em comparação a junho, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 1,16 mês.

Em julho, o prazo médio da DPMFi aumentou 1,16 mês, passando de 34,43 meses para 35,59 meses. Contribuíram para essa elevação: i) o resgate líquido de LTN, no valor de R\$ 43,5 bilhões, que resultou no aumento de 0,84 mês no prazo médio desse título; ii) o aumento no prazo médio das NTN-B, em virtude da emissão líquida com prazo médio superior ao do seu estoque (89,33 meses e 66,48 meses, respectivamente). A vida média da DPMFi também aumentou, de 52,52 meses em junho para 53,84 meses em julho.

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

TÍTULOS	2006		2007
	JUL	JUN	JUL
LFT	19,99	24,19	23,57
LTN	10,31	9,75	10,59
NTN-B	56,60	66,18	66,48
NTN-C	79,22	81,61	82,92
NTN-D	8,38	11,74	11,35
TDA	59,51	55,93	55,69
Divida Securitizada*	85,03	86,48	85,75
Demais	75,46	48,33	49,10
TOTAL	30,12	34,43	35,59

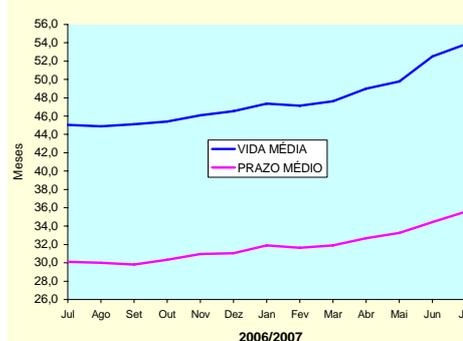
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)		
		TOTAL	OF. PUB. (3)	
2006	Jul	45,07	30,12	25,27
	Ago	44,89	30,01	25,22
	Set	45,10	29,82	25,11
	Out	45,42	30,35	25,76
	Nov	46,11	30,96	26,56
	Dez	46,55	31,06	26,72
2007	Jan	47,35	31,88	27,64
	Fev	47,16	31,64	27,42
	Mar	47,62	31,88	27,75
	Abr	48,99	32,69	28,72
	Mai	49,77	33,28	29,50
	Jun	52,52	34,43	30,66
	Jul	53,84	35,59	31,88

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de julho com saldo de R\$ 115,5 bilhões, o que representou um decréscimo de R\$ 7,0 bilhões em relação a junho, equivalente a 0,3 ponto percentual do PIB. Dentre os fatores que contribuíram para este resultado destacam-se: i) o cancelamento dos títulos recomprados no terceiro bimestre, por meio do Programa de Resgate Antecipado de títulos da Dívida Externa, totalizando, entre principal, juros, ágio e encargos, US\$ 1,5 bilhão; ii) os vencimentos dos bônus *Global 2007* e *Eurolibra 2007*; e iii) o pagamento de cupom de juros de diversos títulos.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO¹
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	JUL	JUN	JUL
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	109.459	96.652	90.163
Bônus de Renegociação	505	388	378
Bônus de Captação	108.953	96.264	89.785
II. DÍVIDA CONTRATUAL	31.502	26.106	25.620
Organismos Multilaterais	24.071	21.689	21.294
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.431	4.417	4.326
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	140.961	122.758	115.783
III. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-328	-263	-258
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III)	140.632	122.495	115.525
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	6,3%	5,0%	4,7%

1\ Não considera a apropriação por competência dos juros nominais.

Relativamente ao mês anterior, a Dívida Externa Líquida expressa em reais diminuiu R\$ 7,0 bilhões, em função dos vencimentos no mês, do programa de recompras da STN e da apreciação cambial.

Na moeda norte-americana, o saldo apresentou decréscimo de 4,0%, alcançando US\$ 61,7 bilhões. Vale mencionar que essa estatística do estoque da dívida externa não considera os juros apropriados por competência, os quais podem ser aferidos pelo cotejo entre as tabelas A6 e A6-B do anexo. Em breve, o boletim irá substituir a estatística tradicional, com vistas à convergência com o tratamento metodológico que é conferido à DPMFi. Tal mudança terá reflexos nos saldos apresentados da Dívida Externa Líquida e da Dívida Líquida do Tesouro Nacional.

O serviço da DPFe em julho totalizou R\$ 7,2 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 4,5 bilhões ao pagamento de principal. Dentre os pagamentos de principal, R\$ 2,3 bilhões referiram-se a vencimentos regulares no mês, *Eurolibra 2007* e *Global 2007*, e R\$ 2,1 bilhões ao cancelamento de diversos títulos no âmbito do Programa de Recompras da STN.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JUL/2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	4.503,8	2.666,9	7.170,7
I.1. Organismos Multilaterais	65,3	68,1	133,4
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	19,0	3,6	22,7
I.3. Dívida Mobiliária	4.419,5	2.595,2	7.014,7
Pagamento Normal	2.326,8	1.830,4	4.157,2
Eurolibra 2007	550,2	55,0	605,2
Global A-Bond	0,0	321,5	321,5
Global 2007	1.776,5	99,9	1.876,5
Global 2012	0,0	104,3	104,3
Global 2014	0,0	101,3	101,3
Global BRL 2016	0,0	212,5	212,5
Global 2017	0,0	151,3	151,3
Global 2020	0,0	86,8	86,8
Global BRL 2022	0,0	187,5	187,5
Global BRL 2028	0,0	157,4	157,4
Global 2034	0,0	188,0	188,0
Global 2037	0,0	165,0	165,0
Recompras STN	2.092,7	764,8	2.857,5
Global A-Bond	195,5	27,0	222,5
Global 2010	16,8	2,1	18,9
Global 2012	95,6	25,0	120,6
Global 2013	27,9	7,4	35,4
Global 2014	75,2	24,4	99,6
Global 2015	340,1	51,6	391,6
Global 2019	9,3	2,6	11,9
Global 2020	11,2	7,2	18,4
Global 2024	87,1	28,6	115,7
Global 2025	254,2	81,2	335,4
Global 2027	684,9	355,7	1.040,6
Global 2030	101,2	79,7	180,9
Global 2040	193,7	72,4	266,1

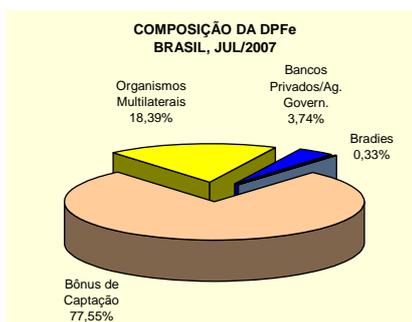
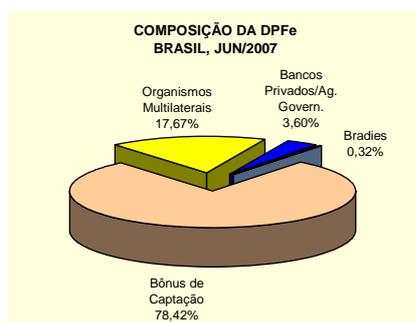
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 7,2 bilhões no mês, sendo R\$ 4,5 bilhões relativos ao pagamento de principal e R\$ 2,7 bilhões a juros e encargos.

O pagamento de principal da dívida mobiliária totalizou R\$ 4,4 bilhões, dos quais R\$ 2,3 bilhões referiram-se ao fluxo regular de vencimentos e R\$ 2,1 bilhões aos pagamentos no âmbito do Programa de Recompra da STN.

Composição

Em relação à composição da DPFe, houve redução percentual da participação dos Bônus de Captação, de 78,84% para 77,78%, em decorrência principalmente dos vencimentos dos bônus *Global 2007* e *Eurolibra 2007*.



O prazo médio da dívida externa mobiliária em julho ficou em 6,29 anos, contra 6,18 anos em junho. Dentre os fatores que levaram a esse aumento, destacam-se os vencimentos dos bônus *Global 2007* e *Eurolibra 2007*. A vida média da dívida externa também elevou-se, ao passar de 13,92 anos em junho para 14,12 anos em julho.

O custo médio acumulado em 12 meses da dívida mobiliária externa para o mês de julho de 2007 ficou em -2,02% a.a., reflexo da já citada depreciação do dólar frente à moeda nacional.

Custo e Prazo Médios

**TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	JUL	JUN	JUL
PRAZO MÉDIO (1)	5,93	6,18	6,29
Bônus de Renegociação	3,17	2,87	2,78
Bônus de Captação	5,95	6,20	6,31
Globais	6,60	6,61	6,74
Euros	3,32	3,44	3,30
Reais	5,78	6,98	7,21
Demais	0,79	0,08	-
VIDA MÉDIA (2)	13,72	13,92	14,12
Bônus de Renegociação	7,12	6,21	6,12
Bônus de Captação	13,75	13,95	14,16
Globais	15,91	15,63	15,96
Euros	4,70	4,28	4,20
Reais	-	14,70	14,65
Demais	0,94	0,08	-
CUSTO MÉDIO (3)	2,37	0,52	(2,02)
Bônus de Renegociação	(3,92)	(5,73)	(8,59)
Bônus de Captação	2,89	0,55	(1,99)
Globais	1,08	(1,65)	(4,65)
Euros	5,02	2,82	0,97
Reais	-	12,64	12,58
Demais	(2,98)	(1,87)	-

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Em julho, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,29 anos. O custo médio acumulado em 12 meses foi de -2,02%.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público

Tabela A6 – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional (juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Julho 2006/2007

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Julho 2006/2007

Tabela A11 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Julho 2006/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jul/2006	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
I. RECEITA TOTAL	44.852,6	45.425,6	44.760,7	46.828,4	42.752,6	57.645,3	52.058,0	43.184,5	47.696,3	54.940,2	48.230,8	49.423,3	50.850,9
I.1. Receitas do Tesouro	34.992,4	35.291,8	34.230,7	36.392,4	32.142,4	40.070,6	42.523,7	32.613,4	37.026,6	44.231,0	37.290,6	38.395,4	39.584,0
I.1.1. Receita Bruta	35.758,8	35.776,0	35.831,3	37.956,6	33.404,2	41.491,4	43.083,3	32.720,5	37.399,9	45.122,3	37.633,3	39.625,9	40.889,9
- Impostos	14.231,3	13.702,7	15.121,4	15.777,2	13.823,3	20.986,1	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1	18.958,1	17.117,5
- Contribuições	15.961,5	15.804,1	17.035,0	16.985,4	16.394,2	17.294,4	19.122,0	15.624,0	16.495,9	18.046,1	16.522,9	17.597,0	18.634,0
- Demais ¹	5.566,0	6.269,2	3.674,8	5.194,0	3.186,7	3.210,8	6.870,1	2.806,3	4.241,2	7.819,9	5.551,3	3.070,9	5.138,3
I.1.2. (-) Restituições	-766,4	-484,3	-1.600,5	-1.564,2	-1.261,8	-1.420,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7	-1.230,6	-1.305,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	9.734,0	10.020,3	10.419,9	10.314,5	10.414,5	17.391,1	9.477,2	10.436,8	10.534,0	10.622,1	10.837,5	10.928,8	11.195,1
I.3. Receitas do Banco Central	126,2	113,5	110,1	121,5	195,7	183,6	57,1	134,3	135,6	87,2	102,7	99,1	71,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.429,9	7.777,6	6.749,3	6.453,2	9.357,3	9.285,7	8.133,4	8.892,8	7.648,8	8.570,4	9.423,7	9.678,0	7.733,1
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6	7.453,1	5.858,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8
II.3. Transferências da Cide	462,0	0,0	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0	0,0	465,9
II.4. Demais	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4	1.142,3	1.137,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	37.422,7	37.648,0	38.011,5	40.375,2	33.395,3	48.359,6	43.924,5	34.291,6	40.047,5	46.369,8	38.807,1	39.745,3	43.117,9
IV. DESPESA TOTAL	34.396,3	31.380,5	37.637,6	33.527,0	33.733,9	54.123,5	32.397,3	30.810,3	36.199,5	32.094,4	34.485,0	34.556,8	38.065,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	9.625,6	7.874,8	8.543,5	8.481,4	9.272,1	13.016,5	10.437,4	8.902,6	9.848,3	8.467,6	8.656,1	9.030,9	11.104,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	13.171,9	13.120,7	18.986,5	13.357,8	13.301,2	19.446,0	13.173,2	13.232,3	15.225,4	13.486,7	14.187,3	14.315,3	14.407,9
IV.3. Custeio e Capital	11.410,6	10.195,7	9.908,4	11.507,0	10.922,0	21.328,5	8.677,6	8.447,4	10.893,4	9.939,5	11.446,2	11.031,8	12.392,3
IV.3.1. Despesa do FAT	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7	1.407,9	2.656,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	732,5	237,5	-264,9	602,6	645,8	3.630,0	335,4	341,8	463,5	465,5	761,2	836,3	457,8
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	180,0
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	91,4	227,4	186,1	131,3	194,4	176,4	188,4	100,0	98,8	246,0	317,4	253,0	277,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8	1.152,7	1.159,1
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.791,8	7.094,8	7.681,2	8.275,5	8.215,8	14.853,8	6.438,3	6.238,1	8.226,4	7.313,6	8.329,5	7.634,9	8.118,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	57,0	53,5	50,1	52,8	72,8	111,8	-6,7	74,9	64,4	28,8	53,9	11,3	11,7
IV.5. Despesas do Banco Central	131,2	135,8	149,2	127,9	165,8	220,7	115,8	153,1	167,9	171,9	141,4	167,6	148,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.026,4	6.267,5	373,9	6.848,2	-338,6	-5.763,8	11.527,3	3.481,4	3.848,0	14.275,4	4.322,1	5.188,5	5.052,3
V.1. Tesouro Nacional	6.469,3	9.390,2	8.979,6	9.897,9	2.518,2	-3.671,9	15.282,0	6.295,8	8.571,7	17.224,8	7.710,6	8.643,4	8.342,2
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8
V.3. Banco Central ⁶	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-84,7	-38,7	-68,5	-77,1
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	258,6	307,5	234,6	182,3	81,2	56,3	97,9	258,8	258,2	213,1	237,3	133,9	158,4
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	315,9	652,6	-543,9	736,1	181,4	-55,7	180,1	-1.080,3	-193,0	430,5	785,5	151,4	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	3.601,0	7.227,6	64,6	7.766,6	-76,0	-5.763,2	11.805,3	2.659,9	3.913,2	14.919,1	5.345,0	5.473,8	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-9.561,3	-12.964,8	-8.056,2	-10.272,7	-8.151,2	-7.551,7	-11.132,1	-7.659,4	-11.417,1	-10.458,0	-14.494,5	-8.229,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-5.960,4	-5.737,2	-7.991,5	-2.506,1	-8.227,1	-13.315,0	673,2	-4.999,4	-7.503,9	4.461,0	-9.149,6	-2.755,9	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	537,2	520,8	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0	678,6	581,4
RMV ⁴	166,1	164,2	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8	162,3	160,7

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jul/2006	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	43.988,0	46.982,5	47.837,9	46.237,0	50.086,3	66.730,8	41.189,9	48.707,5	48.292,0	53.863,8	52.692,5	52.112,3	50.154,1
I.1 - Recolhimento Bruto	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	302,0	423,2	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5	116,8	118,5
I.5 - Receita do Salário Educação	348,8	379,4	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9	633,1	644,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.867,2	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	64,6	63,3	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3	18,6	38,8
II. DESPESAS	54.486,0	49.391,4	47.797,3	48.980,3	60.035,7	58.705,9	51.289,6	45.617,3	52.535,1	47.554,4	60.093,4	56.541,3	56.195,8
II.1 - Liberações Vinculadas	8.696,7	9.469,7	8.198,9	8.356,3	10.751,4	10.664,5	9.565,2	10.064,4	8.543,6	10.279,8	11.040,7	11.468,5	9.330,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5	478,0	940,2
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8
II.1.4 - Outras Vinculações	1.495,2	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9
II.2 - Liberações Ordinárias	45.789,3	39.921,6	39.598,4	40.624,0	49.284,4	48.041,4	41.724,4	35.552,8	43.991,5	37.274,6	49.052,8	45.072,8	46.865,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.489,3	8.369,5	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	10.851,8	9.490,6	10.672,6	9.262,7	9.330,4	11.788,1	9.354,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1
i) Dívida Contratual Interna	109,5	107,5	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7	115,2	103,7
ii) Dívida Contratual Externa	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.543,6	7.645,8	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.828,2	6.593,8	8.278,3	7.256,8	13.499,9	8.566,5	8.233,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	487,1	289,8	305,7	449,9	469,4	1.257,4	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1	464,1	133,0
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-10.498,1	-2.408,9	40,5	-2.743,3	-9.949,5	8.024,9	-10.099,8	3.090,3	-4.243,0	6.309,4	-7.401,0	-4.428,9	-6.041,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	43.352,2	30.297,8	31.252,8	41.246,8	44.885,5	43.226,0	55.420,0	29.251,3	43.442,9	51.770,7	36.079,5	46.413,0	19.602,6
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	594,9	1.097,5	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6	989,5	647,9
V. DESPESAS	48.117,1	11.278,8	15.416,8	38.095,4	25.762,7	16.397,4	45.374,3	6.946,1	29.914,6	36.063,9	19.313,8	21.962,2	46.243,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5
V.1.2 - Dívida Contratual	114,9	115,1	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8	137,2	136,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-1.088,5	18.798,6	17.457,5	4.220,3	18.501,2	26.436,7	9.326,3	25.093,4	15.711,2	19.567,7	18.469,9	23.697,0	-25.095,8
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-25.455,6	10.098,1	27.141,6	-2.356,8	7.811,5	38.616,5	-13.194,8	35.292,8	4.357,3	3.067,6	21.542,3	19.610,2	-35.404,8

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jul/2006	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	20.037,3	10.768,1	17.340,5	22.485,1	12.238,2	18.263,0	15.259,2	10.497,4	13.672,1	7.051,3	16.777,6	10.788,4	29.278,1
I.1. Emissão de Títulos	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	132,0	102,5	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0	225,1	178,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	30.230,0	17.280,0	6.075,3	25.250,0	13.600,0	14.500,0	28.400,0	600,0	18.600,0	26.000,0	4.600,0	11.200,0	32.000,0
II.1. Resgate de Títulos	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0
II.2. Encargos da DPMF	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0
III. RESULTADO (I - II)	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Jul/2006	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	16,3	15,0	18,9	22,7	0,8	181,3	0,8	99,0	89,6	104,6	100,2	109,5	0,6
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	3,5	21,8	0,1	0,4	101,7	56,6	4,7	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7	2,6
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	194,1	-6,0	190,9	94,1	60,6	75,8	166,7	210,1	124,0	44,2	181,3	162,8	53,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6	3,2	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	148,8	-60,8	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6	98,6	53,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	45,2	54,7	92,0	52,0	110,2	188,2	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0	61,0	0,0
IV. PRONAF	134,8	68,8	94,2	213,2	185,4	362,7	26,7	82,7	29,9	47,0	77,2	106,3	6,9
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	137,9	70,0	63,7	167,8	59,4	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5	42,7	8,6
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-3,2	-1,2	30,5	45,4	126,0	-3,1	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7	63,6	-1,8
V. PROEX	219,6	-63,7	6,9	47,4	9,0	274,0	-36,0	-131,2	147,2	7,4	65,7	45,0	26,0
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	151,8	20,2	24,4	26,2	15,9	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2	29,3	23,9
V.2. Concessão de Financiamento ¹	67,8	-83,8	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5	15,7	2,1
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	20,2	8,7	5,1	8,5	14,6	138,1	2,2	14,6	13,6	22,1	39,6	68,9	36,4
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	47,3	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	69,6	54,1
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	466,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	58,7	9,9	54,1	93,0	88,1	554,7	23,6	19,4	27,9	42,1	35,1	88,9	51,1
XI. FUNCAFÉ							0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-53,4	-50,5	-821,1	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8
XIII. TOTAL	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	180,0

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jul/2006	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
I. DÍVIDA INTERNA	378.985,9	408.772,7	428.273,0	428.626,1	453.341,1	467.593,3	443.814,7	478.561,4	498.656,9	506.684,8	533.697,6	552.322,7	519.928,6
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1
Dívida Bancária	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0	23.412,4	23.313,9	23.209,3
INSS	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5	-18.215,0	-18.244,1	-18.291,6
Lei 7.976/89	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0	-2.725,4	-2.388,7	-2.304,5
Bônus Renegociação	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8	-8.674,6	-8.650,7	-8.342,2
Lei 8.727/93	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1	-45.895,8	-45.740,0	-45.591,8
Lei 9.496/97	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7	-269.632,1	-270.548,2	-271.119,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9	-41.722,1	-42.010,8	-42.092,3
Recebíveis das Estatais	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7	-33.355,5	-38.637,3	-37.293,2
Outros	-42.284,9	-41.737,3	-41.244,4	-41.334,5	-41.697,5	-41.838,0	-41.874,0	-41.301,6	-41.296,3	-41.505,1	-40.609,5	-40.526,5	-40.489,5
Fat	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7
Demais Entidades	-50.845,9	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-55.014,7	-55.444,1	-56.042,4	-56.340,8	-56.733,3	-57.532,1	-58.275,3	-59.018,4
Créditos das Operações Oficiais	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3	-12.504,3	-12.658,8	-12.623,1
Arrecadação a Recolher	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.457,4	-8.231,0	-8.542,0	-12.184,9
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4	131.249,5	121.977,4	122.494,9	115.525,0
Dívida Mobiliária	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8	90.163,1
Dívida Contratual	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2	25.619,8
Disponibilidades	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	519.618,2	544.431,5	567.232,4	566.434,6	593.548,1	606.543,1	580.863,7	615.862,8	630.933,2	637.934,3	655.675,0	674.817,7	635.453,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,2%	24,1%	25,0%	24,7%	25,7%	26,1%	24,8%	26,1%	26,5%	26,6%	27,2%	27,8%	26,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jul/2006	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8	90.163,1
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	412,7	409,4	388,3	387,7	378,0
Brazil Investment Bond (BIB)	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	412,7	409,4	388,3	387,7	378,0
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	108.953,5	105.500,4	108.602,2	107.897,3	109.314,6	108.569,3	107.070,6	103.636,7	103.164,5	95.553,9	96.264,0	89.785,2
A-Bond	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	8.879,4	8.807,9	8.260,7	8.249,1	7.843,8
Euro 2006	1.774,0	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.658,5	1.681,2	1.571,7	1.578,8	1.555,9
Euro 2009	1.253,9	886,2	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2	718,5	728,3	680,9	684,0	674,0
Euro 2010	1.770,3	1.483,6	1.493,1	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.160,1	1.176,0	1.099,4	1.104,3	1.088,3
Euro 2011	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5
Euro 2012	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5
Euro 2015	2.222,7	2.192,0	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.191,1	2.221,2	2.076,6	2.085,8	2.055,6
Eurolibra 2007	609,9	573,6	573,0	575,7	600,6	591,1	586,8	568,0	572,8	537,8	544,6	-
Eurolibra 2017	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.060,9	1.075,4	1.005,4	1.009,9	995,2
Global 2007	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	1.966,3	1.950,5	1.849,8	1.847,2	-
Global 2008	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.227,4	3.201,5	3.002,0	2.997,8	2.922,2
Global 2009	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1	3.852,9	2.815,0	2.709,3	2.598,2	2.577,3	2.433,0	2.429,6	2.368,3
Global 2010	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.811,1	2.788,5	2.542,9	2.539,3	2.458,4
Global 2011	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.521,3	1.509,1	1.371,6	1.369,6	1.335,1
Global 2012	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.585,7	2.482,2	2.449,2	2.355,7	2.191,3	2.173,7	1.925,3	1.922,6	1.777,7
Global 2013	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.555,7	2.535,1	2.261,4	2.258,2	2.173,0
Global 2014	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.406,4	2.387,0	1.983,3	1.980,5	1.854,7
Global 2015	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.305,8	4.271,2	3.906,0	3.900,6	3.459,3
Global 2017					3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.022,5	4.066,0	3.856,1	3.850,7	3.753,5
Global 2019	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	2.983,3	2.959,3	2.739,0	2.735,2	2.656,8
Global 2020	1.673,4	1.625,6	1.652,5	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.558,4	1.545,9	1.398,8	1.396,8	1.350,3
Global 2024	6.329,4	5.990,9	6.090,1	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.677,7	5.632,0	5.198,5	5.191,3	4.972,4
Global 2025	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.474,0	4.438,0	3.948,5	3.942,9	3.587,1
Global 2027	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.032,4	6.975,8	6.445,9	6.436,9	5.583,9
Global 2030	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.048,8	2.032,3	1.840,4	1.837,8	1.689,4
Global 2034	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.449,6	5.405,7	4.723,5	4.716,9	4.597,9
Global 2037	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.102,0	5.061,0	4.799,7	4.793,0	4.672,0
Global 2040	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.359,3	10.275,9	8.613,1	8.601,1	8.188,8
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022			1.600,0	2.250,0	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028								2.250,0	2.250,0	3.037,5	3.787,5	3.787,5
Marco Alemão 2007	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	953,4	915,1	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2	900,7	913,1	853,7	857,5	845,0
Samurai 2007	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.080,1	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2	25.619,8
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	132.276,4	131.249,5	121.977,4	122.494,9	115.525,0
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA /PIB	6,3%	6,0%	6,1%	6,0%	6,1%	6,0%	5,9%	5,6%	5,5%	5,1%	5,0%	4,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	111.264,3	112.969,2	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3	394,7	386,7
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3	394,7	386,7
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	110.796,1	112.493,5	112.440,8	109.838,9	109.529,5	106.342,8	105.775,6	98.417,5	99.681,9	91.999,5
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4	8.510,3	8.553,4	7.871,7
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6	1.669,7	1.689,6	1.677,4
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1	693,7	703,4	699,7
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3	1.138,7	1.154,0	1.147,2
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6	2.682,8	2.715,4	2.696,4
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7	2.747,0	2.777,7	2.755,7
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.261,2	2.126,8	2.149,1	2.130,6
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9	582,7	594,6	-
Eurolira 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7	1.108,3	1.011,4	1.005,9
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4	1.922,1	1.936,7	-
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6	3.056,8	3.077,9	3.025,0
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.595,9	2.478,5	2.489,2	2.453,7
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6	2.572,8	2.590,6	2.528,9
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3	1.415,0	1.424,4	1.399,6
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7	2.007,7	2.022,5	1.788,6
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8	2.366,9	2.267,2	2.200,3
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5	2.062,6	2.077,0	1.863,9
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6	3.977,8	3.997,8	3.568,2
Global 2017		3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2	3.982,7	3.996,4	3.762,3
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7	2.770,8	2.787,1	2.726,9
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0	1.466,2	1.479,0	1.358,0
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2	5.257,5	5.288,5	5.102,3
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8	4.060,7	4.083,8	3.741,4
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5	6.475,0	6.520,2	5.703,3
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3	1.893,6	1.909,7	1.772,8
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9	4.865,4	4.891,0	4.609,5
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1	4.924,1	4.945,7	4.682,2
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3	8.886,9	8.953,4	8.599,3
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1	3.183,3	3.027,1
Global BRL 2028					1.507,3	2.280,1	2.299,3	3.130,0	3.935,2	3.810,1
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5	860,0	868,8	861,1
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.177,1	31.157,3	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	141.102,8	143.778,8	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,2%	6,2%	6,2%	6,0%	5,9%	5,7%	5,6%	5,2%	5,2%	4,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jul/2006	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.299.896,0	1.319.709,0	1.355.232,1	1.359.034,0	1.381.457,3	1.398.749,6	1.395.355,1	1.439.358,4	1.458.285,5	1.461.032,5	1.497.719,7	1.523.150,4	1.493.201,9
I. Dívida em Mercado	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1
Dívida Securitizada	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.533,6	21.688,8
TDA	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1	4.429,4	4.472,3	4.505,6
LTN	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8	335.419,6	350.728,6	310.482,8
LFT	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1	424.160,0	402.306,2	408.035,6
LFT-A	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8	3.800,3	3.787,3	3.776,4
LFT-B	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0	949,1	927,2	868,9
NTN-A	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7	8.392,3	8.407,7	8.225,3
NTN-B	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8	198.117,4	215.358,3	221.904,4
NTN-C	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1	64.449,7	64.929,9	63.572,2
NTN-D	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6	1.190,2	1.203,1	1.107,2
NTN-F	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1	103.047,8	117.289,2	119.037,4
NTN-I	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0	1.404,7	1.454,3	1.428,7
NTN-P	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5	3.502,3	3.522,8	3.535,0
CFT-A	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8	8.442,1	8.417,2	8.403,5
CFT-D	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9	1.639,4	1.630,1	1.582,2
Demais	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2	4.424,2	4.433,5	4.451,1
II. Dívida com BACEN	287.179,6	282.330,1	294.805,4	293.076,7	292.958,6	297.790,0	299.890,3	310.940,1	307.007,3	299.767,2	313.094,0	312.749,2	310.596,8
LTN	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8
LFT	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3
NTN-D	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8	9.397,4	9.293,7	5.837,0
Demais	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8	80.424,1	82.838,1	90.980,8
Dívida em Mercado/PIB	45,2%	45,9%	46,7%	46,5%	47,2%	47,4%	46,8%	47,9%	48,4%	48,5%	49,1%	49,8%	48,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jul/2006	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2007
I. INTERNA	-177.315,1	-178.170,4	-179.203,2	-181.014,8	-183.329,4	-184.332,8	-187.877,5	-189.402,2	-190.488,6	-191.216,0	-192.775,5	-193.445,4	-195.553,2
Dívida contratual	226,5	222,6	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6	210,9	203,0	193,4	183,4	183,1	178,5
FAT	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7
Aplicações financeiras	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9	-4.946,8	-4.915,4	-4.898,9
Fundos Regionais	-31.469,5	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.376,4	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.141,8	-35.489,8	-35.838,5	-36.199,8
Demais	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9	-17.278,9	-17.704,5	-18.098,3
II. EXTERNA	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9
Disponibilidades	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-177.643,5	-178.470,9	-179.500,3	-181.353,5	-183.677,1	-184.579,1	-188.156,7	-189.689,9	-190.768,2	-191.501,5	-193.030,5	-193.708,5	-195.811,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-7,9%	-8,0%						

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ JULHO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	973.265,1	441.653,6	290.960,2	286.031,5	118.923,2	980.356,9	717.457,8	422.595,0	245.412,4	242.632,9	52.110,7
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.195,8	1.284,2	1.229,2	1.226,4	37,8	2.386,3	2.173,3	1.313,2	1.188,9	1.188,9	8,1
Advocacia-Geral da União	77.288,3	62.067,9	40.059,0	36.660,2	12.674,7	120.605,2	100.008,8	67.102,9	45.922,6	45.642,9	6.203,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	781.617,5	331.375,7	279.377,4	252.522,6	74.257,9	937.072,0	699.622,7	387.934,0	314.529,9	298.114,1	73.434,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.304.095,0	969.737,1	709.033,6	654.452,7	242.493,1	2.712.257,3	2.306.445,1	1.162.333,0	913.875,9	749.392,9	310.992,1
Ministério da Fazenda	1.947.222,7	904.122,5	761.312,6	757.234,6	52.375,8	2.317.546,4	2.061.914,7	1.103.861,4	913.200,8	850.927,7	117.729,3
Ministério da Educação	6.882.687,3	3.897.623,3	2.868.806,9	2.730.398,6	789.590,2	8.092.438,9	7.976.418,0	4.600.452,1	2.868.775,2	2.812.479,6	1.008.908,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	450.885,2	246.166,1	213.435,0	212.856,0	16.907,1	531.120,4	450.759,5	300.921,5	238.057,4	237.586,2	19.190,2
Ministério da Justiça	858.760,5	441.014,5	330.011,8	324.692,6	127.647,6	1.157.521,7	877.563,1	593.772,5	463.003,5	448.447,6	63.964,9
Ministério de Minas e Energia	517.940,5	185.964,6	131.032,7	126.465,5	26.245,1	589.998,7	383.489,0	234.209,0	129.934,3	123.773,9	50.963,6
Ministério da Previdência Social	877.818,6	521.536,9	430.674,9	419.263,7	98.076,9	1.364.526,4	1.054.591,8	973.182,8	662.274,1	617.822,7	68.852,6
Ministério das Relações Exteriores	880.975,7	339.737,0	323.972,9	323.211,0	86.625,6	949.140,6	757.510,4	435.461,2	417.325,7	417.168,1	17.797,2
Ministério da Saúde	33.405.746,8	21.079.701,8	17.317.248,4	17.228.656,3	1.208.644,7	36.828.389,2	34.175.856,2	24.323.032,6	18.009.389,6	17.875.520,9	1.804.095,2
Ministério do Trabalho e Emprego	782.789,7	312.352,4	203.918,8	203.228,4	81.207,6	839.324,2	683.100,0	471.471,8	327.945,5	318.616,8	39.027,6
Ministério dos Transportes	860.002,2	276.177,5	167.767,7	165.255,7	59.693,8	849.108,6	592.045,1	311.301,8	175.518,7	165.753,3	112.059,8
Ministério das Comunicações	353.787,7	151.032,1	100.626,9	100.598,5	29.302,6	436.595,4	254.980,9	170.072,2	105.207,9	104.840,0	25.095,5
Ministério da Cultura	402.693,5	176.044,8	102.633,6	94.156,7	88.497,3	395.769,8	311.715,8	150.551,0	89.766,9	83.877,4	77.381,0
Ministério do Meio Ambiente	399.879,6	218.871,7	140.469,9	138.877,9	50.209,8	580.550,2	399.753,7	227.502,2	147.467,0	147.041,2	34.908,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	558.538,9	213.560,1	173.235,2	166.066,6	60.630,0	920.786,1	510.674,3	429.070,9	281.184,6	279.664,9	42.721,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	653.009,9	381.491,2	215.805,8	212.089,4	84.644,8	651.702,2	560.026,5	274.861,3	148.975,7	146.665,4	78.662,1
Ministério do Esporte	412.065,5	109.830,3	49.734,0	49.550,4	42.564,9	441.440,0	269.425,6	206.867,4	122.424,8	122.375,3	99.778,1
Ministério da Defesa	3.939.396,7	1.659.176,2	1.215.086,0	1.079.447,1	416.825,1	4.265.138,4	3.922.771,2	2.248.218,3	1.517.107,7	1.440.141,3	522.737,2
Ministério da Integração Nacional	298.876,4	112.428,1	72.701,0	71.172,6	52.844,1	290.343,9	201.616,4	105.608,8	55.792,4	53.814,3	40.736,9
Ministério do Turismo	357.953,3	186.592,0	95.814,1	95.193,1	38.546,6	397.364,4	262.766,0	168.712,8	77.157,0	76.045,1	35.133,8
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	10.223.606,7	5.390.265,3	5.012.491,9	5.007.477,2	85.610,1	10.586.347,4	10.372.276,3	8.852.296,3	5.762.898,0	5.753.572,8	104.895,4
Ministério das Cidades	404.210,9	202.236,3	145.347,9	139.072,6	42.928,8	447.569,7	313.863,2	192.384,6	147.590,1	115.371,3	49.958,9
Encargos Financeiros da União	340.785,8	135.355,6	118.783,9	97.258,0	29.807,4	394.700,0	379.738,9	276.464,8	141.013,8	126.320,5	36.610,6
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	47.650,1	29.821,1	29.803,4	29.803,4	20.110,6	119.371,4	67.871,4	31.599,7	31.154,0	31.113,8	7.190,4
Operações Oficiais de Crédito	56.672,2	53.659,2	8,4	8,4	-	56.894,0	46.710,2	34.824,0	24.456,7	24.456,7	-
TOTAL	70.052.418,0	39.030.879,1	31.541.382,9	31.002.927,7	4.037.923,1	78.256.365,4	70.713.145,8	48.757.979,0	34.378.550,9	33.710.368,3	4.901.148,7

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ JULHO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	110.372,2	22.156,2	9.322,0	9.198,7	31.758,1	670.581,5	411.117,9	25.092,4	8.953,3	8.946,8	38.766,2
Gabinete da Vice-Presidência da República	213,7	0,5	0,5	0,5	-	213,7	213,0	55,2	54,4	54,4	-
Advocacia-Geral da União	2.926,7	585,0	99,2	2,8	3.326,5	10.194,8	5.757,3	1.326,8	333,8	222,8	1.444,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442.448,7	131.413,8	13.256,5	6.259,8	132.526,7	534.861,0	178.340,9	17.619,7	5.185,0	4.559,9	127.647,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.009.144,9	153.833,7	26.489,4	20.093,3	115.048,0	1.038.166,8	1.026.360,3	268.765,1	86.050,7	80.774,9	294.028,6
Ministério da Fazenda (3)	388.480,9	19.411,1	7.383,9	6.224,9	91.513,3	56.075,9	38.597,3	13.389,9	10.458,1	10.346,9	152.417,3
Ministério da Educação	1.180.521,2	244.599,8	85.407,0	58.256,1	508.335,0	1.595.905,0	1.088.487,5	255.901,4	109.404,8	103.741,1	556.230,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	93.856,1	17.780,1	1.021,2	1.020,5	19.430,6	209.757,1	27.515,3	1.465,7	412,5	375,1	26.772,5
Ministério da Justiça	610.899,8	83.664,7	7.552,5	7.549,8	163.469,7	815.618,5	543.179,0	122.883,5	56.005,2	55.146,6	135.657,5
Ministério de Minas e Energia	115.982,7	6.031,8	1.493,6	1.470,5	3.036,8	47.596,3	34.051,6	5.342,2	1.513,6	1.500,3	7.903,5
Ministério da Previdência Social	298.986,2	9.960,9	3,4	3,4	44.030,3	45.800,0	37.492,3	12.796,1	2.000,7	1.206,8	63.740,1
Ministério das Relações Exteriores	39.506,4	3.876,9	3.493,4	3.493,4	2.847,4	42.159,2	28.541,1	5.536,3	4.745,9	4.745,4	6.136,7
Ministério da Saúde	3.297.792,0	1.212.564,1	118.096,5	116.746,3	817.835,1	3.796.193,4	1.750.585,9	180.119,2	100.402,8	99.142,6	846.682,5
Ministério do Trabalho e Emprego	24.809,0	4.162,6	2.878,0	2.878,0	7.706,0	64.485,9	53.333,7	18.415,6	8.347,9	8.347,9	5.571,6
Ministério dos Transportes	5.003.627,6	1.312.383,1	163.322,1	113.419,3	1.158.540,9	7.035.286,8	5.519.353,5	3.004.400,4	655.369,4	426.918,2	1.458.189,9
Ministério das Comunicações	109.960,6	7.199,1	3.904,0	412,0	19.602,9	84.365,3	71.708,3	7.577,1	1.549,5	1.541,6	10.173,5
Ministério da Cultura	131.338,3	70.991,0	4.293,2	2.807,5	25.422,2	243.969,2	107.899,0	49.505,3	812,5	697,8	40.708,2
Ministério do Meio Ambiente	94.119,4	5.718,5	2.229,0	2.056,7	22.878,4	70.647,9	39.232,1	1.867,1	807,2	796,8	18.347,3
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	62.934,7	14.260,5	1.853,8	1.460,3	5.816,1	52.489,8	43.329,1	2.287,0	128,3	128,3	16.076,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.678.105,5	946.578,9	464.454,2	461.464,6	106.841,0	1.712.082,9	1.521.644,0	623.504,8	414.263,1	409.686,5	164.301,4
Ministério do Esporte	469.178,5	273.963,1	2.330,0	2.329,6	75.219,6	461.968,5	120.643,3	62.522,5	23.758,3	23.758,3	111.303,2
Ministério da Defesa	1.945.363,7	475.936,5	98.327,0	96.106,2	391.044,6	2.406.098,8	1.520.596,5	608.091,9	265.977,3	254.192,9	338.502,1
Ministério da Integração Nacional	1.814.242,2	556.287,4	40.369,4	30.249,3	444.192,9	1.801.845,8	646.891,7	179.337,4	7.948,7	7.812,1	250.121,3
Ministério do Turismo	884.929,1	376.115,1	305,4	239,5	93.962,8	1.346.698,0	261.304,0	139.204,3	1.175,5	1.171,8	130.345,9
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	215.710,4	74.349,5	24.340,7	24.340,7	21.664,3	232.938,0	123.527,8	3.696,8	716,7	716,7	39.528,8
Ministério das Cidades	2.288.351,3	796.002,5	19.804,2	19.779,0	226.007,6	3.223.483,8	1.174.952,5	76.789,9	12.553,8	11.995,3	367.789,8
TOTAL	22.313.801,5	6.819.826,3	1.102.030,0	987.862,9	4.532.056,4	27.599.483,9	16.374.655,1	5.687.493,5	1.778.928,9	1.518.527,8	5.208.386,3

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ JULHO 2006/2007 *

R\$

ÓRGÃO SUPERIOR	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos	Total
CAMARA DOS DEPUTADOS	123.664.800	5.721.822	3.069.770	3.068.697	5.063.856	8.132.553	115.085.000	6.254.490	1.292.158	946.642	13.670.109	14.616.750
SENADO FEDERAL	104.483.700	16.278.338	1.910.605	1.908.272	8.712.272	10.620.544	126.845.615	13.368.333	4.636.224	4.621.820	13.860.117	18.481.936
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	39.082.458	4.214.865	308.689	308.689	1.360.705	1.669.395	53.646.711	4.113.350	1.849.996	1.835.595	3.433.019	5.268.614
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	17.349.146	1.710.601	1.240.167	1.240.167	13.110.126	14.350.293	61.489.308	27.211.028	3.568.588	3.561.430	18.942.457	22.503.887
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	13.405.200	602.143	431.872	431.872	6.703.851	7.135.723	8.999.577	3.693.234	282.614	282.614	3.538.575	3.821.189
JUSTICA FEDERAL	232.345.174	132.942.518	91.744.663	91.067.060	86.327.839	177.394.899	266.763.097	240.370.279	128.188.194	127.947.559	114.971.573	242.919.133
JUSTICA MILITAR	6.445.770	370.062	99.480	99.480	1.388.523	1.476.992	7.585.301	598.380	320.883	318.923	2.116.730	2.435.653
JUSTICA ELEITORAL	161.315.183	61.355.551	6.846.608	3.492.351	63.732.498	67.224.849	179.537.638	88.481.477	12.883.800	12.444.237	44.270.513	56.714.749
JUSTICA DO TRABALHO	205.667.946	45.838.565	13.428.029	12.136.919	132.010.787	144.147.706	212.114.031	35.457.943	12.567.258	12.441.054	89.278.947	101.720.001
JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	39.292.500	12.788.852	7.714.837	7.525.797	20.580.317	28.106.114	45.918.000	4.575.100	1.117.802	1.117.497	18.575.520	19.693.017
PRESIDENCIA DA REPUBLICA 3	136.627.244	25.422.123	12.288.007	18.973.640	26.528.970	45.502.610	825.403.888	33.012.160	10.442.341	12.551.994	44.248.504	56.800.498
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	115.554.562	15.441.946	1.854.138	1.522.049	5.652.786	7.174.835	55.066.452	3.332.361	324.321	310.072	129.513.855	129.823.927
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	442.948.702	149.300.788	23.606.317	21.946.225	155.514.124	177.460.349	545.121.006	32.956.642	19.405.669	19.343.096	137.676.278	157.019.373
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.074.933.711	169.506.817	47.154.693	43.104.597	79.386.141	122.490.738	1.039.366.794	261.646.498	82.386.354	92.767.578	240.536.761	333.304.339
MINISTERIO DA FAZENDA 4	515.516.345	35.920.077	17.598.167	20.697.812	107.028.273	127.726.085	82.757.144	21.295.437	12.537.740	13.106.015	167.194.784	180.300.799
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.243.929.759	249.524.025	85.802.708	74.827.341	516.579.222	591.406.563	1.861.728.546	260.591.046	112.695.140	130.164.904	591.455.387	721.620.291
MINISTERIO DO DESENV. IND. E COMERCIO EXTERIOR	104.340.597	17.780.083	1.021.223	1.324.890	19.126.652	20.451.542	218.757.102	1.465.657	412.466	12.367.598	14.580.280	26.947.878
MINISTERIO DA JUSTICA	956.370.441	96.679.343	10.409.058	49.478.658	124.974.063	174.452.721	1.009.617.943	279.004.438	165.657.058	166.244.565	213.506.488	379.751.052
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	115.982.675	5.664.580	1.129.192	1.772.238	4.248.081	6.020.319	47.964.266	5.518.261	1.668.514	2.163.425	13.806.711	15.970.137
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	314.986.183	15.441.002	426.569	347.984	44.026.296	44.374.280	45.800.000	12.796.086	2.000.716	1.773.370	69.796.407	71.569.778
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	149.415.557	10.509.827	3.776.220	3.772.860	54.639.041	58.411.901	301.972.384	27.551.723	7.671.964	7.664.330	73.274.945	80.939.275
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	39.506.376	3.876.927	3.493.411	3.682.382	2.658.393	6.340.775	42.159.236	5.536.273	4.745.889	4.829.053	6.003.482	10.832.535
MINISTERIO DA SAUDE	3.297.792.030	1.205.629.025	117.261.236	146.650.051	758.901.714	905.551.765	4.645.831.331	180.732.819	100.473.646	124.359.223	784.772.076	909.131.299
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	38.808.954	9.965.258	6.335.006	8.089.505	5.551.960	13.641.465	64.485.893	18.415.639	8.347.891	8.987.302	7.657.986	16.645.288
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	5.980.741.049	2.032.430.103	264.053.248	231.126.569	1.387.071.748	1.618.198.317	9.620.343.467	3.680.645.202	842.647.192	647.850.685	1.624.947.720	2.272.798.405
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	109.960.594	7.199.068	3.904.015	2.374.307	17.640.877	20.015.184	174.365.323	7.577.098	1.549.485	1.545.515	9.891.115	11.436.630
MINISTERIO DA CULTURA	131.338.311	70.933.997	4.293.223	3.990.509	23.757.073	27.747.581	243.969.226	49.496.860	812.462	1.087.773	40.034.100	41.121.872
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	137.905.878	26.530.329	9.264.981	11.851.810	23.510.672	35.362.482	96.750.215	2.122.141	807.220	4.143.854	15.566.105	19.709.959
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.845.919.350	946.618.193	464.784.689	479.019.896	97.295.195	576.315.091	1.826.915.906	608.559.374	400.184.837	419.313.084	143.891.152	563.204.236
MINISTERIO DO ESPORTE	530.403.496	336.044.460	32.329.964	39.748.460	66.036.060	105.784.520	604.468.494	201.106.174	142.867.185	152.411.235	115.571.848	267.983.083
MINISTERIO DA DEFESA	2.314.066.194	763.793.934	310.137.997	339.967.960	492.097.583	832.065.543	3.055.189.562	983.688.290	304.397.258	296.801.346	523.680.124	820.481.470
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.881.703.629	605.354.268	42.790.288	120.454.662	427.659.367	548.114.029	3.299.424.114	369.911.861	66.030.822	144.317.343	236.674.377	380.991.720
MINISTERIO DO TURISMO	1.309.929.071	801.102.802	405.409	1.449.508	92.712.811	94.162.319	1.346.698.000	139.204.290	1.175.540	29.784.910	124.691.610	154.476.521
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	216.610.284	74.318.895	24.340.740	26.937.000	17.060.014	43.997.014	233.536.470	3.696.764	716.712	27.330.326	13.037.810	40.368.135
MINISTERIO DAS CIDADES	3.290.370.086	1.737.363.044	38.929.323	81.273.614	302.665.610	383.939.225	4.904.472.473	164.861.195	13.829.227	38.038.022	468.454.644	506.492.666
TOTAL	27.238.712.955	9.694.174.231	1.654.184.539	1.855.652.820	5.191.313.501	7.046.966.321	37.270.149.513	7.778.847.901	2.470.495.165	2.524.773.987	6.133.122.108	8.657.896.095

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁴ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.



TESOURO NACIONAL

F P E / F P M / I P I Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XII - nº 7

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Julho / 2007

Comentários

Em Julho de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -22,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.666.220,3 (mil), em Julho de 2007, contra R\$ 6.000.137,9 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61)3412-3116/3173. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Jul / 2007	Jul / 2007	Jan a Jul / 2007
							Jun / 2007	Jul / 2006	Jan a Jul / 2006
FPM	2.636.321,2	2.362.274,6	17.387.356,6	3.068.252,5	2.386.135,5	19.274.348,1	-22,2 %	1,0 %	10,9 %
FPE	2.518.201,7	2.256.433,7	16.608.319,7	2.931.885,5	2.280.084,8	18.415.721,0	-22,2 %	1,0 %	10,9 %
IPI	187.564,4	180.908,2	1.240.474,5	211.297,5	216.372,0	1.397.201,2	2,4 %	19,6 %	12,6 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 838/06, os créditos relativos ao mês de Julho de 2007 foram efetuados nos dias 10, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Julho	-26,0 %	-22,2 %	-26,0 %	-22,2 %	-6,0 %	2,4 %

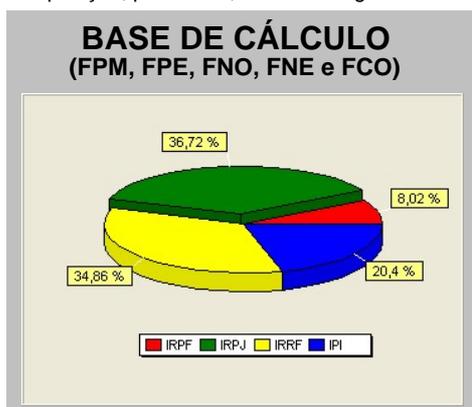
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	ago/jul	set/ago	out/set
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	4,0 %	1,0 %	-9,0 %
IPI-EXP	-1,0 %	10,0 %	-4,0 %

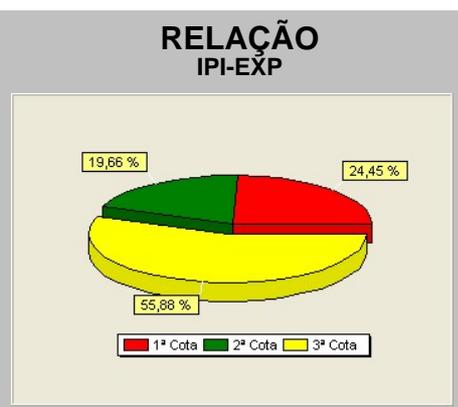
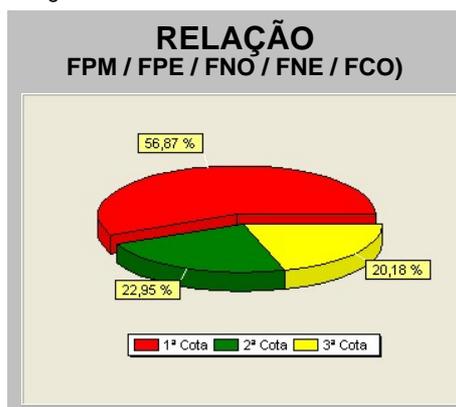
Composição dos Fundos

Em Julho de 2007 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/06/2007 a 20/07/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	TOTAL
Jun/3º DEC	634.811,4	6.601.549,4	7.236.360,8	Jul/1º DEC	1.296.618,4	1.356.926,2	52.905,2	2.706.449,7
Jul/1º DEC	510.541,9	2.410.012	2.920.553,9	Jul/2º DEC	523.307,8	547.647,7	42.548,6	1.113.504
Jul/2º DEC	1.450.902,7	1.117.219,4	2.568.122,1	Jul/3º DEC	460.158,7	481.561,4	120.918,2	1.062.638,3
TOTAL	2.596.256	10.128.780,7	12.725.036,7	TOTAL	2.280.084,8	2.386.135,3	216.372	4.882.592
Jul/3º DEC	571.540,1	8.124.595,1	8.696.135,2	Ago/1º DEC	1.558.182,2	1.630.655,8	47.632,2	3.236.470,2

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 16,66% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)
Acre	AC	12.594	78.002	35
Alagoas	AL	56.825	94.854	639
Amazonas	AM	32.844	63.623	5.771
Amapá	AP	8.157	77.796	205
Bahia	BA	215.492	214.241	16.926
Ceará	CE	124.740	167.288	2.000
Distrito Federal	DF	4.841	15.737	135
Espírito Santo	ES	41.479	34.201	9.809
Goiás	GO	86.124	64.825	2.209
Maranhão	MA	99.611	164.581	2.263
Minas Gerais	MG	313.318	101.566	24.823
Mato Grosso do Sul	MS	35.216	30.371	1.470
Mato Grosso	MT	43.961	52.622	2.010
Pará	PA	86.289	139.359	8.785
Paraíba	PB	77.134	109.191	568
Pernambuco	PE	115.322	157.330	1.588
Piauí	PI	63.282	98.532	62
Paraná	PR	162.296	65.739	21.923
Rio de Janeiro	RJ	69.773	34.833	28.246
Rio Grande do Norte	RN	59.221	95.260	763
Rondônia	RO	21.763	64.198	332
Roraima	RR	14.631	56.562	15
Rio Grande do Sul	RS	158.969	53.691	26.477
Santa Catarina	SC	92.407	29.181	15.876
Sergipe	SE	33.824	94.744	114
São Paulo	SP	319.351	22.801	43.274
Tocantins	TO	36.670	98.956	54
Total		2.386.135	2.280.085	216.372

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Outubro	2006	24/11/2006
Novembro	2006	20/12/2006
Dezembro	2006	13/02/2007
Janeiro	2007	05/03/2007
Fevereiro	2007	02/04/2007
Maio	2007	16/07/2007
Junho	2007	30/07/2007

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de novembro de 2006, a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3173 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Julho / 2007

Comportamento no Mês

Em Julho de 2007, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 3.826.227,2 (mil), contra R\$ 3.871.260,0 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -1,2% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -22,2% do FPE.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar:

->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

Origens	R\$ Mil				
	Junho	Participação	Julho	Participação	Jul / Jun
FPM	613.356	15,8 %	476.998	12,5 %	-22,2 %
FPE	586.096	15,1 %	455.798	11,9 %	-22,2 %
IPI-EXP	42.239	1,1 %	43.254	1,1 %	2,4 %
LC 87/96	0	0,0 %	0	0,0 %	0,0 %
ITR	217	0,0 %	91	0,0 %	-58,1 %
COMPL. UNIÃO	198.940	5,1 %	201.059	5,2 %	1,1 %
IPVA	48.748	1,2 %	47.778	1,2 %	-2,0 %
ITCMD	4.821	0,1 %	5.459	0,1 %	13,2 %
ICMS	2.376.842	61,4 %	2.595.791	67,8 %	9,2 %
TOTAL	3.871.260,0	100,0 %	3.826.227,2	100,0 %	-1,2 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

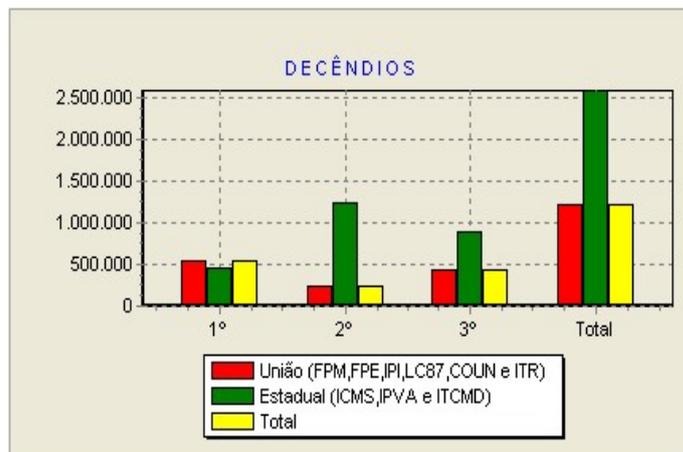
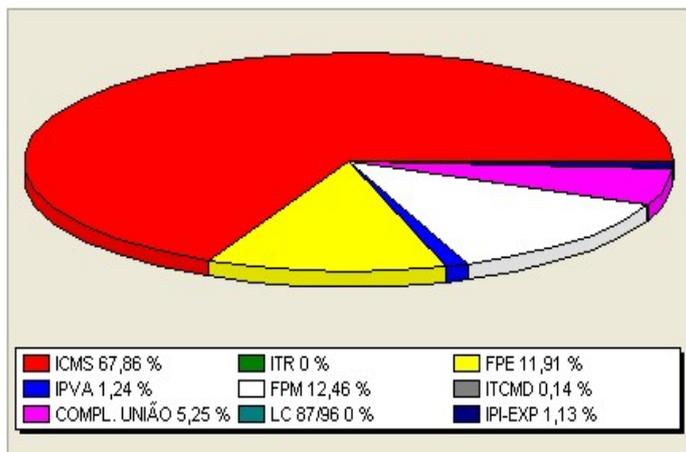
As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundeb@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica -
DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Dúvidas sobre o FUNDEB

FUNDEB Brasil por Origem

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEB TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEB por Estado

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS									FUNDEB Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	C. União	LC 87/96	ICMS	ITR	IPVA	ITCMD		No mês	Até o mês
		R\$ Mil											
Acre	146.626	15.593	2.518	7	0	0	5.665	0,27	137	3	23.923	163,2	1.198,9
Alagoas	674.321	18.962	11.360	128	9.634	0	14.675	0,49	487	8	55.252	81,9	601,5
Amapá	127.625	15.552	1.631	41	0	0	7.375	0,5	321	1	24.921	195,3	1.291,3
Amazonas	745.772	12.719	6.566	1.154	0	0	70.615	1	633	11	91.698	123,0	671,8
Bahia	2.782.645	42.828	43.078	3.383	39.198	0	96.284	8	2.459	82	227.319	81,7	579,6
Ceará	1.531.674	33.441	24.936	400	28.079	0	51.898	1	435	70	139.260	90,9	613,9
Distrito Federal	300.965	3.146	968	27	0	0	0	0,18	0	0	4.141	13,8	107,3
Espírito Santo	497.527	6.837	8.292	1.961	0	0	71.179	1	1.030	154	89.454	179,8	1.182,0
Goiás	888.973	12.959	17.217	442	0	0	72.079	7	1.683	211	104.597	117,7	840,5
Maranhão	1.447.560	32.900	19.913	452	57.544	0	27.479	2	309	4	138.603	95,8	613,0
Mato Grosso	565.348	10.519	8.788	402	0	0	52.075	9	1.494	49	73.338	129,7	826,7
Mato Grosso do Sul	396.990	6.071	7.040	294	0	0	47.513	4	453	219	61.593	155,2	1.094,5
Minas Gerais	3.176.706	20.304	62.633	4.962	0	0	254.551	10	2.919	729	346.109	109,0	800,0
Paraná	1.527.232	13.142	32.444	4.382	0	0	128.738	6	3.766	370	182.848	119,7	851,8
Paraíba	745.405	21.828	15.419	114	3.756	0	21.087	0,43	491	0	62.696	84,1	621,0
Pará	1.533.369	27.858	17.249	1.756	49.191	0	65.640	3	1.158	25	162.881	106,2	647,1
Pernambuco	1.493.544	31.451	23.053	317	3.664	0	80.734	1	1.432	63	140.715	94,2	646,9
Piauí	639.212	19.697	12.650	12	9.994	0	16.149	1	300	0	58.805	92,0	643,7
Rio Grande do Norte	522.335	19.043	11.838	153	0	0	28.133	1	869	0	60.036	114,9	824,8
Rio Grande do Sul	1.503.203	10.733	31.778	5.293	0	0	157.205	9	6.658	440	212.117	141,1	1.043,0
Rio de Janeiro	2.005.935	6.963	13.948	5.646	0	0	210.406	2	0	0	236.965	118,1	810,5
Rondônia	295.378	12.833	4.351	66	0	0	21.441	1	360	7	39.059	132,2	970,8
Roraima	79.194	11.307	2.925	3	0	0	2.837	0,28	0	0	17.072	215,6	1.657,7
Santa Catarina	868.134	5.833	18.472	3.174	0	0	94.370	2	3.659	238	125.749	144,8	1.023,8
Sergipe	368.317	18.940	6.762	23	0	0	14.929	0,27	273	17	40.944	111,2	853,0
São Paulo	5.094.240	4.558	63.839	8.651	0	0	971.710	19	15.899	2.745	1.067.420	209,5	1.348,5
Tocantins	260.218	19.782	7.330	11	0	0	11.025	2	554	12	38.716	148,8	1.065,9
Total	30.218.44	455.798	476.997	43.253	201.059	0	2.595.791	91	47.778	5.459	3.826.225	126,6	861,2

Fonte: SIAFI

1. Número de matrículas, conforme divulgado no Sítio do Ministério da Educação e Cultura - MEC: www.mec.gov.br

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

Complementação da União

Conforme divulgado no Sítio do Ministério da Educação e Cultura - MEC: www.mec.gov.br

R\$ 1.000,00

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634	9.634
Bahia	0	0	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198	39.198
Ceará	0	0	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079	28.079
Maranhão	0	0	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544	57.544
Paraíba	0	0	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697	2.697
Pará	0	0	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191	49.191
Pernambuco	0	0	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664	3.664
Piauí	0	0	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994	9.994
TOTAL			200.000									

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br